

RUMO AO FUTURO



REPORTAGEM DO XIII CONGRESSO NACIONAL DO PS

► Páginas 4 a 15

GRUPO PARLAMENTAR

ALTERNATIVAS PELA POSITIVA

► Página 3

INQUÉRITO AO ACIDENTE NO METRO

PS DENUNCIA FRAUDE À CONSTITUIÇÃO

► Página 16

A SEMANA REVISTA

Ferro Rodrigues foi reeleito secretário-geral do Partido Socialista pela esmagadora maioria dos delegados ao XIII Congresso nacional que decorreu no passado fim-de-semana em Lisboa.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou ontem, no York House, um conjunto de iniciativas políticas no seguimento do anúncio feito por Ferro Rodrigues na sua intervenção de encerramento do Congresso nacional.

O secretário-geral do PS recebeu em audiência, na terça-feira, a direcção da CGTP-IN.

Francisco Assis e Aires de Carvalho manifestaram disponibilidade para se candidatarem à liderança das Federações do Porto e Setúbal, respectivamente.

José Lello foi eleito no decorrer da Assembleia Parlamentar da NATO, que se realizou na Turquia, vice-presidente da Comissão de Ciência e Tecnologia desse órgão.

A Concelhia do PS/Lisboa promoveu ontem um debate sobre "Políticas e Sustentabilidade para a Cidade de Lisboa", no auditório da Assembleia da República, com a participação de Elisa Ferreira e Aníbal Lamy.

Com os votos contra do Partido Socialista, foi votado no Parlamento o Orçamento de Estado e das Grandes Opções do Plano para 2003.

Deputados dos países que vão aderir à União Europeia em 2004 usaram pela primeira vez da palavra na sessão de Novembro do Parlamento Europeu em Estrasburgo.

Um desastre ecológico de consequências ainda imprevisíveis com o afundamento do navio "Prestige" poderá afectar os recursos marinhos de Portugal e Espanha.

Jorge Sampaio participou na República Dominicana na XIII Cimeira Ibero-Americana.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

QUE MIL MEGAFONES FLORESÇAM

ANTOONIO COLAÇO

É NATAL! É NATAL!!!
TODOS À GREVE GERAL !!!



EDITORIAL

VIRAR DE PÁGINA

Os socialistas têm razões para olharem o futuro com restaurada esperança e confiança. O congresso do passado fim-de-semana marcou o virar de página da história do PS ao dotá-lo de instrumentos políticos modernos, adaptados do século XXI, nomeadamente a sua renovada Declaração de Princípios e a abertura à sociedade manifesta nos Estatutos revistos. Por outro lado, a moção de orientação global semeia ideias que deverão ser colhidas em 2004, altura em que os socialistas se irão reunir de novo com o propósito de acordarem num Programa de Governo a apresentar ao eleitorado nas legislativas de 2006. Resulta daqui que a preocupação fundamental não é o imediato, não é a espuma dos dias que centra as atenções, mas sim a definição estratégica do rumo a traçar com vista a um projecto que sirva Portugal e os portugueses na óptica dos nossos princípios e valores.

A confirmação da liderança de Ferro Rodrigues é, neste contexto, a garantia de que os socialistas se pautam por elevados padrões de exigência ética e política. O rigor com que desempenhou altos cargos governamentais e a lucidez que sempre demonstrou na condução da coisa pública atestam das suas capacidades e afiançam da sua determinação em conduzir os socialistas a um bom porto, isto é, reconduzir o PS ao poder, já que esta direita que nos governa não é merecedora de estar à frente dos destinos do País.

O secretário-geral do PS afirmou de forma peremptória que sabe muito bem o que quer para o partido, para Portugal e que não é um líder a prazo.

Há, portanto, razões fundamentadas para acreditarmos no homem que, tendo chegado internamente ao poder nas circunstâncias que todos conhecemos, foi capaz de no breve tempo que lhe foi dado, alcançar o terceiro melhor resultado de sempre do PS em eleições legislativas e assim granjear o respeito e a consideração dos seus camaradas e dos dois milhões de portugueses que nele confiaram.

O socialismo democrático em Portugal está vivo e de boa saúde. As convicções são firmes e o caminho, como sempre, apresenta-se pela esquerda. Há um líder e uma nova equipa capazes de protagonizarem sem rupturas a renovação verificada no último congresso. Há unidade em torno de Ferro Rodrigues e há a ambição da abertura à modernidade e à inovação.

Face às incertezas que caracterizam a actualidade, o PS é a âncora para todos aqueles que continuam a reclamar uma sociedade mais justa, mais livre, mais solidária e mais democrática.

A confirmação da liderança de Ferro Rodrigues é, neste contexto, a garantia de que os socialistas se pautam por elevados padrões de exigência ética e política. O rigor com que desempenhou altos cargos governamentais e a lucidez que sempre demonstrou na condução da coisa pública atestam das suas capacidades e afiançam da sua determinação em conduzir os socialistas a um bom porto, isto é, reconduzir o PS ao poder, já que esta direita que nos governa não é merecedora de estar à frente dos destinos do País.

SILVINO GOMES DA SILVA



Silvino Gomes da Silva

GP/PS

ALTERNATIVAS PELA POSITIVA

PS vai abrir um novo ciclo político através da apresentação de propostas alternativas à apresentação de propostas alternativas à do Governo "pela positiva".

Os socialistas marcaram para os dias a 13 e 14 de Dezembro a realização de jornadas parlamentares, a decorrerem em Aveiro. A informação foi avançada ontem, em conferência de Imprensa, pelo presidente do Grupo Parlamentar do PS, António Costa, que também anunciou a realização de um conjunto de seminários subordinados ao tema "Novas políticas para a competitividade", a ter lugar, no edifício novo do Parlamento, entre os dias 25 deste mês e 3 de Dezembro.

Com os seminários, juntando alguns dos especialistas em áreas relacionadas com a legislação do trabalho, o PS visa demonstrar que "há uma alternativa ao modelo de desenvolvimento defendido pelo Governo, baseado no sacrifício dos direitos dos trabalhadores e na precarização do emprego". "Portugal tem de convergir com os modelos de desenvolvimento dos países mais avançados da União Europeia e não com os do terceiro mundo", acrescentou Costa.

Ainda para explicar a alternativa que os socialistas se preparam para apresentar no domínio da legislação laboral, o porta-voz dos socialistas, Paulo Pedroso, declarou que uma reforma para a competitividade da



economia portuguesa não pode ser encarada como "uma adição entre uma proposta de lei (o novo Código do Trabalho) e um conflito social".

"Com este quadro de lei laboral, já é possível existirem empresas internacionalizadas com enorme sucesso, porque o que está causa é melhorar a adaptabilidade do trabalho e das empresas, de forma a dinamizar a inovação", frisou.

Nesse sentido, entre 6 e 11 de Dezembro, os

deputados do PS visitarão empresas, sediadas nos distritos de Braga, Leiria e Setúbal, que já alcançam indicadores de competitividade no actual quadro de legislação laboral, casos da "Auto Europa" em Palmela e de indústrias de Braga e da Marinha Grande.

Ainda na lógica de apresentação de propostas "pela positiva", António Costa afirmou que os socialistas já apresentaram diplomas para o combate ao branqueamento de capitais e para a existência de um novo quadro legal

de responsabilidade civil extracontratual do Estado, designadamente em actos ou omissões na sua função jurisdicional.

Socialistas preparam alteração ao Código do Trabalho

Entretanto, o Grupo Parlamentar do PS está a ponderar a apresentação de um projecto de lei de Código de Trabalho alternativo ao do Executivo de direita ou, pelo menos, um conjunto de propostas de alteração ao diploma. António Costa adiantou que pretende fazer discutir em simultâneo com a proposta do Governo o projecto de Código de Trabalho do PS, ou as suas propostas de alteração.

A decisão final sobre a opção a assumir pelos socialistas deverá ser anunciada nas Jornadas Parlamentares de Dezembro.

Com a apresentação de um diploma alternativo, o PS pretende alargar o âmbito das reformas a introduzir para um reforço da competitividade, considerando que a proposta de lei governamental tem um alcance limitado por apenas incidir na revisão da legislação laboral. Em declarações aos jornalistas, Paulo Pedroso considerou um "erro" encarar a questão da competitividade e da produtividade do País apenas em termos de legislação laboral.

MARY RODRIGUES

ALMEIDA SANTOS

CUMPRIR O IDEAL SOCIALISTA

Os socialistas devem sair com um “novo espírito e vontade” de um “congresso de mudança”. Foi este o pedido expresso pelo presidente do PS na abertura dos trabalhos do XIII Congresso, que decorreu, durante o fim-de-semana, no Coliseu dos Recreios de Lisboa.

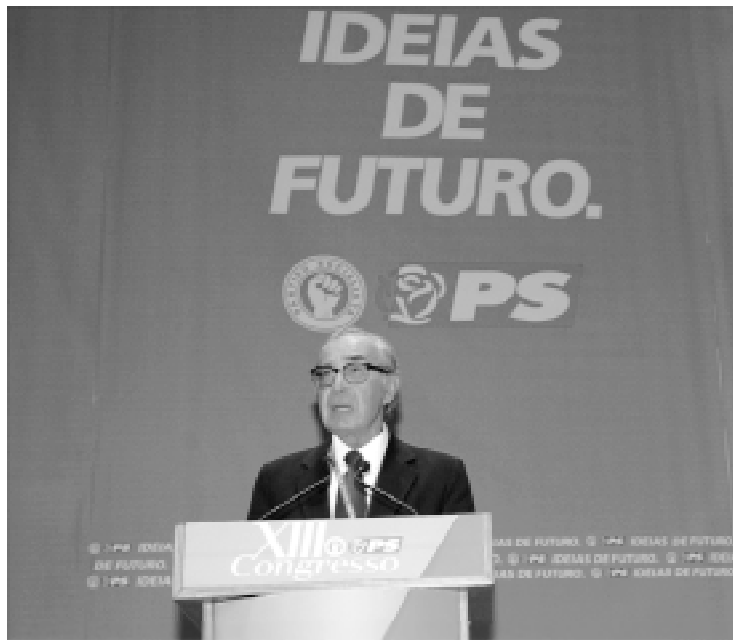
No arranque de mais uma reunião magna socialista, António Almeida Santos manifestou “apreço e gratidão” ao secretário-geral, Ferro Rodrigues, agradecendo-lhe por ter assumido a liderança “num momento difícil” da vida do partido e de Portugal.

Num discurso bem-humorado, Almeida Santos prestou homenagem a Fernando Vale, figura que descreveu como sendo a sua “maior referência política e humana dentro da família socialista”.

Referindo-se às alterações estatutárias propostas pela moção de Ferro, o ex-presidente da Assembleia da República afirmou que “não são só retoques, confrontam práticas e interesses até hoje consideradas imutáveis”, lembrando as mudanças nas regras para candidatura a deputado e na paridade das listas.

O presidente dos socialistas chamou a atenção “aqueles que afirmam que a distinção entre direita e esquerda não existe”, frisando a vontade do partido em cumprir o ideal do socialismo democrático.

“Nós somos diferentes dessa direita ultramontana que continua, nos nossos dias, a sobrepor a lógica dos interesses aos princípios e valores sociais”, reiterou.



Depois de catalogar como tónica do XIII Congresso a oposição entre os que desejam mudanças e os que lhes resistem, o dirigente do PS manifestou-se em desacordo com aqueles que optam “por querrelar irmãos em vez de combater adversários”, num apelo ao consenso

interno e à união.

Almeida Santos fez também o elogio do anterior secretário-geral, António Guterres, presidente da Internacional Socialista, lembrando que “o País não pode dar-se ao luxo de prescindir de valores como ele”.

Estendendo o elogio aos governos liderados por Guterres, o presidente do PS citou medidas como a criação do Rendimento Mínimo Garantido, a criação de infra-estruturas, as votações nas legislativas e o crescimento económico registado para refutar as críticas do actual Executivo.

“Uma imensa operação de esquecimento apagou de súbito todos os seus [de António Guterres] méritos. (...) De repente, passou a não ser verdade excepcional o prestígio que granjeou como governante, parlamentar, europeu desejado para presidente da Europa, socialista eleito para presidente que ainda é, e vai continuar a ser, da Internacional Socialista”, considerou, inquirindo repetidas vezes se “governámos assim tão mal?”, para de seguida denunciar o hábito do Executivo de direita de “não cumprir promessas eleitorais” e de se dedicar a “esconjuram as governações socialistas” quando não está a “governar assim tão bem”.

Por outro lado, “cometemos erros, mas não deixaremos que roubem os nossos méritos”, pois deixá-los cair no esquecimento seria permitir que a direita apague com a “borracha da demagogia” toda a obra feita e justifique as suas políticas injustas com a desculpa do défice orçamental errado.

Defendendo que o PS deve aproveitar “uma pausa, que pode não ser muito longa”, em que está na oposição, Almeida Santos pediu aos socialistas para “reflectirem sobre o acerto e desacerto” do desempenho do passado. **M.R.**

FERRO GARANTE

“SEI O PARTIDO QUE QUERO”

Ferro Rodrigues garantiu, no seu discurso de abertura do XIII Congresso, que o PS não abdicará de ser oposição dura, tanto mais que o actual Governo “preocupa-se mais em fazer críticas ao anterior executivo de António Guterres do que em traçar uma linha de rumo para o País”. Por

“Se tivéssemos respondido com medo às agressões de que fomos alvo, já tínhamos sido deportados. Quando eles (maioria) disserem bem de mim, então é altura para o PS mudar de secretário-geral”, comentou o líder socialista.

Ferro acusou ainda a maioria que suporta o Governo de ter entrado “numa escalada inaceitável” de ataque a si próprio, usando “a calúnia e a mentira”, designadamente no que respeita a hipotéticas responsabilidades que terá tido no acidente na estação de metropolitano do Terreiro do Paço, enquanto ministro do Equipamento Social.

Sobre este assunto, o secretário-geral do PS disse sentir “honra” de ter sido o primeiro líder da oposição a depor perante uma comissão de inquérito parlamentar,

assumindo as suas responsabilidades no caso.

“Mas nós os políticos não somos todos iguais, nem no estilo, nem na ética, nem no respeito pela Democracia”, salientou, para depois avisar o partidos que compõem o Governo, ainda a propósito do acidente ocorrido no metropolitano de Lisboa, que não se deixa intimidar.

“Se pensam que me intimidam, estão mesmo muito enganados”, sublinhou.

Entrando nas críticas ao Governo, o secretário-geral do PS acusou o Executivo de Durão Barroso de ter conduzido o País “a um ciclo vicioso de défice e depressão, esquecendo as políticas sociais”.

“Têm sempre na boca o discurso da família, mas são muito praticantes sempre que se trata de o concretizar”, afirmou, após mostrar indignação pela forma como o PSD se portou quando estava na oposição em relação às questões relacionadas com o défice.

“A Alemanha vai apresentar um défice superior a três por cento, mas lá oposição não fez ao Governo o que este Governo, cá, fez

conosco” junto das principais instituições internacionais, referiu Ferro Rodrigues.

“Tentam passar a ideia de que tudo é culpa do PS e querem atrelar-nos com uma corda ao pescoço às suas propostas desastrosas, dizendo não às nossas”, acrescentou, já depois de ter responsabilizado o actual Governo por ter levado o País a uma crise “de confiança, de desinvestimento e de recessão”.

Sem absolutismo nem seguidismo

Falando para o interior do partido, Ferro pediu frontalidade, quando sublinhou não ser adepto de “falsos consensos”.

“Temo sim os silêncios acomodados ou as reservas sem frontalidade”, declarou, numa referência às críticas órfãs de que se tem queixado desde que assumiu o cargo de secretário-geral.

O líder socialista disse saber que o criticam por não estar demasiado presente nas primeiras páginas dos jornais ou nos assuntos mais mediáticos.

“Esse não é o meu estilo”, comentou, para depois também se referir às alusões ao facto de ser um general sem tropas dentro do PS.

“Ainda bem que sou um general sem tropas”, mas “que ninguém pense que estive alguma vez de passagem por qualquer função”, frisou. “Não me interessa ter qualquer grupo de fiéis e não quero um partido à minha imagem, mas tenho uma imagem do partido que quero”, acentuou, antes de definir o PS como um “partido de esquerda”.

Outra advertência feita para os militantes do PS surgiu a propósito da proposta de revisão dos estatutos que limita a três mandatos o exercício dos cargos executivos do partido.

“Não quero poder absoluto para mim, mas no PS também não pode haver ninguém com poder absoluto”, referiu, merecendo nova salva de palmas por parte dos militantes.

No seu primeiro discurso ao Congresso o líder socialista anunciou ainda que o ex-secretário-geral António Guterres fará parte da Comissão Nacional do partido, “não por inerência, mas por direito”.

M.R.

LEVAR O PS RENOVADO A PORTUGAL E AOS PORTUGUESES

Determinado a apontar um rumo, decididamente Ferro Rodrigues sabe o que quer para o futuro de Portugal. "Tenho uma ambição para Portugal. Sei o País que quero. Sei que todos juntos podemos construir esse País", afirmou o reeleito secretário-geral na sua intervenção de encerramento do XIII Congresso Nacional do PS. Mas, para que a mensagem socialista se espalhe é preciso "levar o PS renovado ao País e aos portugueses". Por isso, ficou a certeza de que se vai bater para que a renovação que "só agora começou, ganhe vida no terreno, por todo o País, nas diferentes estruturas do Partido Socialista". O apelo lançado foi o de combatividade nas secções, nas autarquias e nos locais de trabalho.

Consciente de que "discursos catastrofistas não levam a lado nenhum", Ferro Rodrigues aproveitou a para antecipar algumas linhas-força do Programa de Legislação nas áreas económicas, matéria que, segundo afirmou, vai dominar a agenda política dos próximos anos, e que quer ver aprovada no Congresso de 2004. De acordo com o secretário-geral do PS, "Portugal precisa de reforçar uma componente industrial fortemente internacionalizada", de consolidar uma rede de pequenas e médias empresas "apoiadas e enquadradas com grande capacidade competitiva e de inovação, de estimular a economia através de "serviços modernos e eficazes", de operar um "modelo de modernização não conflitual em que o diálogo e a concertação são permanentes" e de um investimento estruturante "na qualificação das pessoas".

Sobre a magna questão da produtividade, o líder socialista pôs o enfoque na modernização da estrutura produtiva, da tecnologia, da gestão, da formação dos recursos humanos, da organização do trabalho e do desenvolvimento de redes e de infra-estruturas.

Igual rigor no cálculo do défice de 2001

Ferro Rodrigues exigiu que o défice de 2002 seja de novo contabilizado por um grupo de trabalho do Banco de Portugal, com os mesmos critérios "de rigor" de 2001.

Caso se confirme que Portugal vai este ano ultrapassar de novo o limite de três por cento de défice imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC), sublinhou que não aceitará que as responsabilidades sejam ainda atribuídas ao anterior executivo socialista.

"Se o Governo não conseguir cumprir as metas que ele próprio traçou, com as medidas que escolheu adoptar, terá naturalmente de assumir as suas responsabilidades perante o país", declarou, depois de ter caracterizado como "depressiva" a política económica seguida pelo Governo liderado por Durão Barroso.

Considerando que a "estabilidade



macroeconómica e o controlo das finanças públicas são, para o PS, objectivos muito importantes para o progresso do País", declarou-se disponível para chegar a acordo com o Governo, caso seja apresentada uma proposta de revisão do PEC para o renegociar com a Comissão Europeia. Mas, foi desde logo avisando de que o PS "nunca será cúmplice na destruição do modelo social europeu e na transformação de Portugal num país que concorre, com os países do terceiro mundo, pelos seus baixos salários e pela limitação de direitos dos trabalhadores".

Em matéria de legislação do trabalho, Ferro

Rodrigues foi muito claro: "Quem pense que aumenta a produtividade esmagando os trabalhadores, está completamente enganado", disse, por entre fortíssimo aplauso dos delegados. O secretário-geral do PS, também nesta matéria, se mostrou disponível para um consenso em torno de uma revisão "equilibrada" da legislação laboral, alegando que se trata de uma lei fundamental para definir o tipo de sociedade em que vivemos. "Não é uma lei qualquer de regulação de um mercado de oscilação de salários", disse, afirmando compreender os motivos de apreensão existentes entre os trabalhadores

"e a generalidade dos portugueses".

Para o secretário-geral do PS, a proposta de Código do Trabalho apresentada pelo Governo do PSD-PP é inaceitável porque "subverte o equilíbrio a favor de uma das partes".

Sobre a reforma do sistema político "que deve ser relançada na agenda nacional", Ferro Rodrigues começou por criticar o clima vivido nos últimos meses no Parlamento em que se "ultrapassou o limite do aceitável".

"A democracia não é a ditadura da maioria", acrescentou, antes de referir a abertura do PS para "revalorizar o prestígio do Parlamento e das instituições democráticas". A este respeito, o secretário-geral do PS apelou a todos os partidos, particularmente ao PSD, para que em sede parlamentar, "com seriedade e rigor", se avance no debate da revisão do sistema eleitoral, do financiamento partidário e da lei dos partidos. Sublinhou ainda Ferro Rodrigues que "a reforma do sistema político começa dentro dos partidos. Neste Congresso demos um significativo passo em frente nesta direcção".

Cumprir a regionalização

Também muito aplaudida foi a parte do discurso em que retomou a questão da regionalização, tema que só poderá avançar com "um consenso entre os dois maiores partidos portugueses" na medida em que "os equilíbrios territoriais de um país não são uma questão que avance com fracturas ou divisões", justificou, antes de defender que, em matéria de regionalização, nada há para mudar no texto constitucional. "Não há que mudar a Constituição. Há que cumprir-la", sublinhou o secretário-geral do PS.

A finalizar a sua intervenção, deixou palavras de determinação e de esperança. Ferro Rodrigues comprometeu-se a trabalhar seriamente para apresentar as melhores propostas e as melhores soluções. Aos trabalhadores prometeu apresentar "propostas que promovam a qualidade do trabalho e do emprego e que apostem na via da formação e da qualificação". Dirigindo-se aos jovens, o compromisso de Ferro foi no sentido de continuar a "defender o investimento na educação, no ensino e na ciência". Falando para o mundo empresarial, incitou-o ao investimento. Para o líder socialista, "os verdadeiros empreendedores são protagonistas fundamentais da modernização do País que têm de ser estimulados e apoiados".

Um desafio em todas as áreas que, para Ferro Rodrigues, passa pela promoção da igualdade entre homens e mulheres, daí que seja "preciso aprofundar esse caminho".

As últimas palavras de Ferro foram de esperança. "Esperança de que conosco, com o PS, Portugal continuará a ter uma alternativa. Um caminho. Uma solução. Um horizonte de liberdade, igualdade, solidariedade e progresso".

HENRIQUE NETO

POR UM NOVO MODELO ECONÓMICO

Henrique Neto subiu à tribuna do Coliseu para defender a sua moção de estratégia que propõe uma mudança radical do actual modelo de desenvolvimento. E insurgiu-se contra “o cinzentismo e a hipocrisia” dominante na sociedade.

A moção “Pensar Portugal” não era contra ninguém, não se opunha a Ferro Rodrigues e assinalava apenas um novo rumo por onde o PS deve levar Portugal. Assim o garantiu o subscritor principal do documento, Henrique Neto, para quem o PS “tem de desenvolver uma vontade forte de fugir ao accidental, ao virtual, ao curto prazo, à mera mediação do discurso e dos factos políticos” no quotidiano da luta político-partidária. “Para isso, lá estão outros que o fazem melhor do que nós. A nossa missão é outra: ter uma estratégia clara para o desenvolvimento e para o progresso de Portugal e saber aplicá-la”, disse perante uma assembleia de cerca de 1500 delegados.

Resumindo as ideias contidas na sua moção, Neto sublinhou que a sua estratégia tinha como objectivo “criar riqueza e melhorar a vida dos portugueses, ganhando para as tarefas da modernidade e do desenvolvimento” o terço dos cidadãos que vive “na pobreza, na ignorância e na marginalidade”.

A solidariedade social e a boa gestão da economia são duas outras metas do documento, onde se considera que “não é possível aumentar o valor do que o País produz”, visando “atingir os padrões de vida da Europa desenvolvida, com três milhões de portugueses não preparados para participar numa economia do conhecimento e tecnologicamente avançada.”

A ideia é, pois, criar uma “sociedade mais feliz, mais culta com mais qualidade de vida e mais justa”, implicando como desígnio nacional uma melhoria na produtividade e evitar a insegurança, a criminalidade e a corrupção.

Assim, Henrique Neto defende o investimento em Portugal e não no Brasil, bem como uma sociedade em que não haja “salários de miséria e empresas faz de conta, que não cumprem as leis”, nem “empresários ricos com empresas falidas” ou “corporações de interesses, permanentemente sentadas à mesa do orçamento de Estado”.

“Pensar Portugal” segundo Neto requer igualmente que “a paixão pela educação do PS faça opções claras e acabe com a hipocrisia da igualdade para todos e sem custos” e “que apenas favorece os que disso podem tirar maior proveito”.

Exemplos de dignidade

Alertando para o risco de as políticas do actual Governo poderem atingir sectores como a saúde e a justiça, onde “por ignorância, por marginalidade e por força do meio em que foram criados” há quem não possa “reivindicar o seu direito à cidadania”, o camarada acrescentou:



“Nós não queremos continuar a lançar na economia portuguesa mais mão-de-obra barata imigrante sem direitos, ilegal e a baixo custo, para manter os baixos salários dos trabalhadores portugueses.”

Num ataque cerrado ao actual modelo de desenvolvimento, o militante socialista chamou ainda a atenção para a “enorme transferência

de riqueza que ocorreu em Portugal, dos bancos para o endividamento das famílias e destas para os bolsos dos especuladores, em troca de uma má casa, vendida a preços iguais ou superiores aos de algumas cidades europeias, onde a generalidade dos trabalhadores ganha o dobro, ou mais, do que ganham os portugueses.”

Em jeito de conclusão, Henrique Neto disse ser

este um caso em que “o Estado permitiu que centenas de famílias enfrentassem sozinhas um mercado corrupto, sem qualquer controlo e em que o Estado se colocou ao lado dos especuladores.”

Sublinhando a necessidade de inovação de ideias no PS, Neto fez também uma acérrima defesa da Taxa Tobin, propondo o fim da imigração para a Europa e a cobrança de “um por cento de todas as transacções comerciais realizadas nos países desenvolvidos” para apoio ao terceiro mundo mediante a constituição do “maior fundo de solidariedade da história das nações” e a repartição da riqueza de forma mais justa, sob a égide das Nações Unidas.

Para Portugal, Henrique Neto defendeu “um novo modelo económico, baseado no conhecimento e na tecnologia”, apostando nos recursos humanos e no relacionamento com mercados como os Estados Unidos e o Japão. Quanto aos adversários da direita, Henrique Neto repudiou as “práticas que repugnam” os socialistas, como a “demagogia e o populismo”. O partido precisa de ser “exemplo de dignidade”, sem defender “uma coisa no governo e outra na oposição”, frisou, afirmando que os próximos actos eleitorais são “uma oportunidade para a renovação do PS”.

A moção “Pensar Portugal” é pela afirmação do PS como “um grande partido de esquerda moderna”, sem “falsa unanimidade, conformismo e seguidismo”, disse.

Henrique Neto insurgiu-se contra “o cinzentismo e a hipocrisia” dominante na sociedade e apresentou um novo modelo económico com a sua moção de estratégia “Pensar Portugal”.



FERRO RODRIGUES

CONSTRUIR UMA ALTERNATIVA DE PROGRESSO E DESENVOLVIMENTO

“Fazer Bem pelo Futuro não é só um título, é um compromisso que assumo perante os portugueses”, afirmou Ferro Rodrigues no discurso de apresentação da sua moção global, que elege cinco áreas estratégicas para o programa político do PS.

“Hoje, somos o maior partido da oposição. O nosso compromisso é com o futuro e apenas com o futuro”, afirmou Ferro Rodrigues, salientando que os socialistas estão preparados “para enfrentar, uma vez mais, com toda a coragem, com toda a frontalidade, os desafios que temos diante de nós”,

Referindo que os socialistas têm “uma enorme responsabilidade perante milhões de portugueses. Que não se revêem nas opções casuísticas e desajustadas que este Governo vai tomando. Que vêm com preocupação, inteiramente legítima, os abusos às regras democráticas que se vão tornando uma constante”, o líder do PS frisou que “este Congresso serve, por isso, também para tornar bem clara a nossa posição sobre a difícil conjuntura que o país vive”, com um Governo “que não dá confiança aos portugueses. Um Governo contra-reformista. Sem políticas positivas para responder aos grandes desafios de Portugal. Enredado nas suas próprias insuficiências”.

Porque “o País merece mais”, precisa no futuro “de algo melhor”. Por isso, o secretário-geral quis dar do Coliseu uma garantia aos portugueses: “Vamos contribuir pela positiva para que o Governo melhore a sua prestação. Vamos continuar a apresentar as propostas que concretizam aquilo que julgamos melhor para o país. Mas não nos deixaremos intimidar. Vamos opor-nos, com firmeza, a tudo o que de errado o Governo vai fazendo. Dia após dia, em catadupa. Com uma arrogância inaceitável. Sem ouvir ninguém”.

Mas este congresso serve, acima de tudo, segundo sublinhou Ferro, “para abrir as portas do futuro”, acrescentando que “como maior partido da oposição”, o PS tem de estar preparado para, na altura própria, “assumir os destinos do País”.

Ferro Rodrigues chamou depois a atenção dos socialistas para o ciclo eleitoral a quatro anos, “um ciclo eleitoral com opções muito importantes para Portugal”, com eleições regionais e europeias já em 2004, autárquicas em 2005 e presidenciais e legislativas em 2006.

“É para este ciclo que temos de estar preparados. É para esse horizonte de quatro anos que temos de trabalhar, porque é esse o tempo das grandes decisões”, alertou, sendo “preciso começar já hoje a trabalhar afinadamente nestes desafios”.

A União Europeia, com as eleições para o Parlamento Europeu já em 2004, ocupou também



uma parte do discurso de Ferro Rodrigues.

“O nosso passado europeísta, e a nossa visão da Europa, distinguem-nos e dão-nos um lugar único no panorama político nacional. Somos o partido que melhor protagoniza a vocação europeia de Portugal”, disse, sublinhando que para o PS, “a União Europeia tem de ser um factor decisivo de paz e de reequilíbrio mundial”.

E reafirmou que o PS irá apresentar-se sozinho às próximas eleições para o Parlamento Europeu, “seja qual for a opção dos dois partidos de direita”. Será neste contexto, disse, que “o PS se reunirá para o próximo congresso”, em 2004, que considerou “decisivo na nossa estratégia para as batalhas eleitorais de 2005 e 2006”, em que “aproveremos o nosso programa de legislatura”. “É para este programa de legislatura que estamos desde já a trabalhar com tranquilidade e profundidade. Com os Fóruns Socialistas por Novas Políticas. Com o trabalho do Gabinete de Estudos. Com as novas estruturas que criámos a partir deste congresso”, disse.

“Mas é desde já, neste congresso - sublinhou -, que temos de desafiar a nossa capacidade para trabalhar nas nossas prioridades”. Com base nesse horizonte eleitoral, frisou que o título escolhido para a sua moção, “Fazer Bem Pelo Futuro”, “não é só um título, é um compromisso que assumo perante os portugueses”.

Alternativa sólida à política de direita

E adiantou que a sua moção elege cinco áreas como eixos determinantes. “São cinco eixos não só para a construção de uma alternativa sólida e

consistente à política da direita, mas sobretudo cinco eixos que representam as grandes prioridades estratégicas para o programa político do Partido Socialista a médio prazo”, disse.

“Colocámos à cabeça a necessidade de reforçar o investimento no futuro”, afirmou, frisando que a “prioridade máxima” será dada “ao investimento na educação e na qualificação. Na ciência e na tecnologia. Na cultura. Na educação e na formação dos portugueses”, que considerou ser “a batalha decisiva para o futuro das próximas gerações”.

O segundo eixo que identificou como prioritário é o “reforço da competitividade da economia portuguesa”, porque “este reforço é essencial para sustentar toda a nossa modernização”. A terceira prioridade, anunciada por Ferro, é a “da coesão social e a das políticas de solidariedade”.

“Já se percebeu que, ao contrário da retórica demagógica que utilizavam na oposição, não tiveram coragem de pôr em causa as conquistas fundamentais dos últimos seis anos, em matéria de políticas sociais”, disse, alertando no entanto que “há razões para temer que queiram fazê-lo de forma dissimulada, na secretaria. Subfinanciando-as”.

Quanto à quarta prioridade, “uma aposta na qualidade da democracia”, o secretário-geral do PS defendeu que é “uma aposta sem precedentes, e que é fundamental para o futuro do regime”.

Um Estado ao serviço dos cidadãos

E considerou, a propósito, ser necessário “pôr

cobro, desde já, aos atropelos sistemáticos às leis e às normas de funcionamento democrático da AR”, salientando que “é a maioria, não a oposição, que tem contribuído para o funcionamento menos adequado das instituições parlamentares”.

“Um Estado moderno, ágil, qualificado, ao serviço dos cidadãos foi a quinta grande prioridade referida por Ferro Rodrigues, que considerou “fundamental para o futuro do regime”.

Referindo que “não se pode modernizar os serviços públicos contra os funcionários públicos, hostilizando-os e provocando instabilidade e incerteza”, como tem feito o actual Governo, salientou que “um Estado moderno não é parte dos problemas que enfrentamos. É parte da solução”.

E acrescentou: “Reformar o Estado não é desmantelar o que não funciona. É modernizar. É apostar nas pessoas. É pôr um Estado de qualidade ao serviço dos cidadãos”, ao contrário do que faz o Governo de direita.

A nossa visão, disse, “é a de uma esquerda moderna, democrática. Capaz de incluir no seu caminho todos aqueles que se revêem na vasta área política que o socialismo democrático pode conjugar”.

A terminar o seu discurso, várias vezes interrompido pelos aplausos dos congressistas, Ferro disse que tem apenas um compromisso: “Mobilizar todos os esforços para encontrar as melhores soluções para o país. Transformar a sociedade portuguesa. Tornando-a mais competitiva. Mais justa. Mais solidária. Mais tolerante. Mais moderna”

J. C. CASTELO BRANCO

DEBATE SOBRE AS MOÇÕES GLOBAIS

António José Seguro manifestou sábado confiança no líder do PS para ser candidato a primeiro-ministro em 2006, pedindo desde já maioria absoluta para que a esquerda possa, por primeira vez, governar "com estabilidade". Falando aos delegados do XIII Congresso socialista, Seguro mostrou-se convicto de que a liderança de Ferro saíria reforçada do Coliseu dos Recreios.

António José Seguro afirmou que PS deve "lançar a semente" para atingir maioria absoluta nas legislativas de 2006 para que possa "pela primeira vez na história aplicar sem cedências o seu projecto social e visão de esquerda".

A prática do PS, defendeu, tem que ser "deixar de fazer oposição só na Assembleia da República e voltar a encontrar-se com os portugueses no conjunto da sociedade".

Por seu turno, e na mesma lógica de pensamento, o presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, afirmou que o Partido Socialista "não deve ceder à tentação de uma eventual coligação pós eleitoral".

César manifestou ainda o seu apoio a Ferro Rodrigues e deixou aos congressistas aquela que é a sua opinião sobre a postura a assumir pelo PS enquanto oposição.

"O PS deve estar na oposição ao Governo pensando como se estivesse no Governo, porque, só assim, em 2006 (nas eleições legislativas) agirá no Governo como tinha pensado na oposição", disse.

O líder dos socialistas açorianos advertiu que o "êxito do PS nas legislativas de 2006" não pode ser o "resultado do demérito" do Executivo de coligação PSD/CDS-PP.

Posicionando-se contra aproximações ao centro e também ao PCP e ao BE, Carlos César sustentou que uma eventual viragem à esquerda do partido nada mais seria que "um sintoma de psicose da inferioridade ideológica" e o PS, frisou, "não precisa de



atestados de residência da esquerda - nem do PCP, nem do BE".

César dirigiu duras críticas ao Governo, concluindo que se os portugueses soubessem em Março último o que sabem hoje "não votariam como votaram e davam a vitória ao PS".

Contrariando esta ideia, discursou o "histórico" socialista Manuel Alegre, que voltou a defender a viragem à esquerda do PS, afirmando que o partido deve fazer coligações à esquerda caso não obtenha maioria absoluta nas eleições legislativas de 2006.

Na sua intervenção no XIII congresso do PS, em que arrancou por diversas vezes fortes aplausos aos congressistas, Alegre considerou que o PS "deve ir sozinho" às próximas

eleições legislativas, mas defendeu uma coligação pós-eleitoral caso não alcance maioria absoluta.

Declarando-se a favor do posicionamento do PS à esquerda em termos ideológicos, o deputado socialista deixou bem clara a sua posição sobre a aproximação ao centro defendida por alguns dirigentes, como Jaime Gama ou Pina Moura.

"Bloco Central, nunca mais", disse, peremptório, lembrando que durante os tempos da aliança com o PSD, o PS acabou "com 20 por cento".

E, prosseguiu, "embora irrite alguns, temos de deixar de ter vergonha da palavra socialista e da palavra esquerda", sendo seguido por uma forte onda de aplausos.

Manuel Alegre pediu à direcção socialista que

pense nos trabalhadores que correm o risco de perder ir para o desemprego, nos jovens que não conseguem empregar-se e nas mulheres grávidas que são preteridas nos seus empregos.

O deputado dirigiu algumas críticas ao Governo de coligação PSD/CDS-PP, que disse estar a levar a cabo "a maior ofensiva aos direitos desde o 25 de Abril", e advertiu o PS para que "deixe de se auto-flagelar" e partir para "o combate à direita", que trouxe ao País "doença da democracia".

"O PS tem de dar novo sentido político e esperança (a Portugal) e não pode comportar-se como se ainda estivesse no Governo", sustentou, manifestando o seu "total apoio" ao secretário-geral socialista, Ferro Rodrigues.



Construir a alternativa

Este apoio seria também reforçado nas palavras do líder parlamentar socialista, António Costa, que aproveitou a sua intervenção para chamar a atenção sobre a necessidade de o PS não perder de vista a governação enquanto estiver na oposição. "Não basta dizer o que queremos, é preciso dizer como", declarou.

Costa afirmou que o discurso do PS não pode ser "só retórica", precisa de "construir alternativa" e salientou que a moção do líder "não permite equívocos quanto ao sentido efectivo da estratégia" do partido, reafirmando a unidade dos socialistas em torno da liderança.

A defesa de um PS como oposição firme e alternativa também esteve presente nas palavras de Carlos Zorrinho, para quem os socialistas devem resistir à tentação de se sentir governo no exílio.

"Cometemos erros", comentou, alertando para o facto de que "aqueles que nos sucederam nada resolveram e tudo agravaram".

Paulo Pedroso também abordou, na sua intervenção, os problemas da conjuntura política do País, após a tomada de posse da direita.

O porta-voz do PS questionou-se sobre se os portugueses que votaram nas promessas de Durão Barroso não se sentiriam governados pela minoria PP e defraudados.

"É uma mentira contra o sistema democrático", denunciou, referindo-se a todas as medidas prometidas e esquecidas e às decisões que lesam os direitos dos mais fracos, defendendo, como desígnio do PS, voltar a merecer a confiança dos portugueses, apoiado nos seus "valores de sempre".

A líder da JS, Jamila Madeira, considera que não é altura de manter posturas discretas, porque, declarou: "Perder eleições não significa perder o País".

Jamila dedicou grande parte da sua intervenção a proferir severas críticas face às políticas "contra a juventude" do Governo de direita, aconselhando o PS a "auscultar os cidadãos, sobretudo os jovens" e a sensibilizar Portugal para causas como a interrupção

voluntária da gravidez.

Pela realização de um novo referendo sobre a despenalização do aborto advogou também a jovem camarada Ana Catarina Mendes, que destacou, em curta intervenção, o carácter



particular da reunião magna dos socialistas, "porque não somos um partido qualquer".

Soluções credíveis

"O País vive pior após sete meses de governação da direita", começou por afirmar Jaime Gama na sua intervenção, salientando que "este é um dos piores governos da história política após o 25 de Abril".

"Estamos pior na falta de dimensão europeia, na educação, na saúde, na segurança social", disse, sublinhando que se assiste a "um desinvestimento na promoção da língua portuguesa".

Por isso, adiantou, "o País pede um PS forte, unido, moralizado, coerente com os seus valores, mas também para abordar novos temas".

Segundo Gama, "o PS deve ter uma política com soluções credíveis nas mais diversas áreas e clareza quanto à sua direcção política".

O ex-ministro dos Negócios Estrangeiros referiu ainda que a moção apresentada por Ferro

Rodrigues "é uma moção política clara", defendendo que "não podemos ter um PS aos ziguezagues, que às segundas, quartas e sextas pisca um olho à direita, ao bloco central e até a uma AD reformista, e às terças, quintas e sextas defende uma frente popular".

Também Mário Almeida zuriu no Governo, acusando-o de "fazer tudo ao contrário do que prometeu", dando como exemplos o aumento dos impostos, e os cortes nas verbas destinadas às autarquias, não cumprindo a Lei das Finanças Locais.

Ao contrário, disse, "os socialistas têm razões para se orgulharem dos seus governos", apontando as realizações nas áreas da saúde, ambiente, justiça, política social e educação, com particular destaque para a aposta no pré-escolar.

Por sua vez, Sérgio Sousa Pinto criticou a aposta cega do actual Governo no combate ao défice público, referindo que "para travar o défice a economia sujeita-se a um tratamento de choque que a França e a Alemanha já disseram ser excessivo".

O eurodeputado socialista criticou ainda a ausência de política económica e de estratégia a nível europeu, sublinhando que "o neoliberalismo é uma doutrina desacreditada", ao mesmo tempo que elogiou a estratégia do anterior Governo na cimeira de Lisboa, com "a aposta na sociedade do conhecimento".

Quanto à eventual indicação de Alberto João Jardim para o cargo de comissário europeu, o eurodeputado socialista disse que "é um exemplo deprimente", desafiando o PSD a pôr o ainda chefe do Governo Regional da Madeira como cabeça-de-lista nas eleições europeias.

Código do Trabalho é inaceitável

A política laboral ocupou, naturalmente, uma grande parte da intervenção de João Prouença, que reafirmou as suas críticas à proposta de ao Código do Trabalho, que classificou de "inaceitável, porque desequilibradora das relações entre a entidade patronal e o trabalhador".

"Queremos uma lei aberta aos desafios do futuro, mas que não pode ser um ajuste de contas com o 25 de Abril", defendeu.

O líder da UGT referiu ainda que o PS deve apostar "na afirmação dos seus valores, na construção de um Estado moderno, no combate à fraude fiscal, e na procura de consensos nacionais à construção europeia", acrescentando que o nosso partido deve concorrer sozinho às eleições. "Nada justifica um bloco central ou uma frente de esquerda", disse.

Também Carlos Trindade, líder da Corrente sindical Socialista na CGTP-IN, teceu fortes críticas ao Código Laboral, reafirmando que "caso este projecto avançasse os trabalhadores ficariam pior".

Para este sindicalista, o projecto do PS deve passar "pelo combate ao Código do Trabalho do Governo da direita", lembrando que "não houve discussão na Concertação Social".



E adiantou que a haver uma greve geral a responsabilidade é do Governo, “por ter dado todo o poder ao patronato”.

Em contraponto, elogiou a acção dos governos PS na área laboral.

Delmiro Correia, outro dos sindicalistas intervenientes na discussão das moções globais, afirmou que o Governo está a lançar “um ofensiva que não tem precedentes contra os trabalhadores”, adiantando que o Governo enviou a proposta de lei de Código do Trabalho directamente para a Imprensa Nacional, com o objecto de “subtrair o anteprojecto à discussão pública”.

O PS, defendeu, “deve dizer de uma forma muito clara ao País que esta não é a sua política laboral”, e que propõe “outros caminhos para o País se modernizar”.

Já Rui Oliveira e Costa centrou a sua intervenção na acção governativa do PS, tendo destacado o alargamento da rede do pré-escolar, a nova geração de políticas sociais e a presidência do Conselho Europeu, para concluir que esta foi “uma estratégia que deu resultados palpáveis”.

Rui Oliveira e Costa lembrou ainda que o PS é um dos partidos socialistas com “maior score eleitoral na Europa - 38 por cento”.

Apostar na lusofonia

Na sua intervenção, Vítor Ramalho falou de um tema que lhe é caro: os perigos da alienação dos sectores estratégicos da nossa economia. “Estamos a alienar uma parte de nós próprios”, alertou, acrescentando: “Só falta vender a Torre de Belém ou a dos Clérigos.”

O PS, como partido de esquerda, “tem de ter uma postura clara sobre estas questões”, defendeu.

Vítor Ramalho disse ainda que deve haver “uma aposta na lusofonia”.

Na sua intervenção, Medeiros Ferreira começou por afirmar que “os próximos dois anos são anos de oposição ao Governo mais reaccionário da direita depois do 25 de Abril”. Também os ataques que a direita tem feito a Ferro Rodrigues foram alvo de um comentário de Medeiros Ferreira: “Só se atiram pedras às árvores que dão fruto, é isto que significam os

ataques da direita ao nosso secretário-geral”. Para Medeiros Ferreira, “o PS deve estar ao lado dos desprotegidos, dos trabalhadores vítimas do Código Laboral”, acrescentando que “o Governo está a tentar subverter as grandes conquistas sociais dos trabalhadores”.

Noutro plano, o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros do I Governo Constitucional



alertou que “enquanto os partidos socialistas forem complacentes com a lógica neoliberal, há o perigo do populismo da extrema-direita ocupar o lugar dos partidos socialistas”

Fortes críticas ao Governo Regional da Madeira marcaram a intervenção de Jacinto Serrão, o novel líder dos socialistas madeirenses, que elegeu como prioridade da sua acção política “conquistar a confiança do eleitorado” daquela região autónoma, onde, lembrou, “a democracia não é de boa qualidade, devido a numerosos tentáculos”.

Jacinto Serrão acusou o Governo de Durão Barroso de “fazer letra morta da Lei das Finanças Locais”, salientando que o Orçamento de Estado para 2003 “é mau para os Açores e Madeira”.

“A política económico-financeira do Governo caminha para o estampanço geral”, afirmou

Pina Moura, sublinhando que “os problemas da economia não se resolvem com passes de mágica”.

E considerou que “o Governo está ser apanhado nas ratoeiras que ele próprio criou, com o aumento da crispação social”.

Salientando que “é necessário preparar uma alternativa política”, o ex-ministro das Finanças

considerou que a moção de Ferro Rodrigues “aponta caminhos para este combate”.

Unidade na renovação

Alexandre Rosa considerou no Congresso se “está a forjar a unidade de um PS em permanente renovação quer de políticas, quer de protagonistas”, defendendo “uma estratégia que seja capaz de manter no centro da nossa acção os valores do socialismo”.

Na sua intervenção, alertou ainda que “o PS não pode ter pressa de chegar ao poder - primeiro há que conquistar a confiança dos portugueses e conquistar um bloco social de apoio forte”.

Já Alberto Martins sublinhou que “o PS é hoje uma grande esperança para os portugueses”, face “a uma direita no poder que instituiu um regime neoliberal e autoritário”.

“Assiste-se a uma subversão da democracia, com um Governo que revela uma profunda intolerância perante os seus adversários políticos”, acusou.

Por outro lado, reafirmou que “o nosso lugar é o lugar da esquerda, uma esquerda que tem a capacidade de revolta contra as injustiças”.

“Com Ferro iremos vencer de novo”, afirmou convicto Miranda Calha, sublinhando que do Congresso vai sair “um partido mais modernizado, que é o esteio da democracia”.

Referindo que os socialistas devem ter “honra do nosso passado”, nomeadamente pelas realizações dos governos socialistas nas áreas sociais, da cultura e da educação.

Segundo sublinhou, “o PS deve acompanhar os movimentos sociais e de progresso, promover a qualificação e combater a exclusão”, em contraponto ao actual Governo. “O País é governado na insensibilidade social”, disse, acusando a maioria de “deitar para o caixote todas as promessas eleitorais”.

Na sua intervenção no XIII Congresso Nacional, João Soares não poupou nas críticas à maioria de direita, que acusou de estar a lançar “uma ofensiva populista que não conhece a mentira, com total desrespeito pelas instituições democráticas”, afirmando que “Portugal terá de ser governado por outra gente”.

Para João Soares, o PS, “grande partido da esquerda democrática”, deve ter como uma das suas linhas de acção “o combate ao neoliberalismo selvagem”.

Já Helena Roseta propôs que o PS se empenhe “na criação de uma entidade reguladora do sector de construção civil”. Lembrando que as casa mais caras são as que mais se vendem, a deputada do PS referiu que “existe uma enorme injeção de capital no sector imobiliário sem qualquer tipo de regulação por parte do Estado”.

Por outro lado, Helena Roseta alertou que “o modelo social europeu está a ser desmantelado pelos governos conservadores na Europa”.

José Leitão, por sua vez, referiu que se revê na moção de Ferro Rodrigues, que aposta num Portugal “cosmopolita e europeu” e no PS como “partido de massas”.

Referindo que “o PS tem de ser catalisador de acções que reforcem a lusofonia”, defendeu que “a luta por uma sociedade inclusiva tem de ser uma das principais causas do socialismo”.



DEBATE SOBRE DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS E REVISÃO ESTATUTÁRIA

“A revisão da Declaração de Princípios representa uma oportunidade” para os socialistas afirmarem inequivocamente a sua identidade de centro-esquerda, considerou Augusto Santos Silva, responsável pela redacção do documento proposto por Ferro Rodrigues ao XIII Congresso.

Na sua primeira intervenção perante os delegados, Santos Silva garantiu que “não foi esquecida ou ignorada” nenhuma proposta de alteração à Declaração, embora nem todas tivessem sido aprovadas, aproveitando para salientar que um PS renovado e moderno “revê-se na nova geração de políticas lançadas durante a governação de António Guterres”, tendo como prioridade a formação e qualificação das pessoas.

“Somos um partido “radicalmente democrático” e um partido da “igualdade”, acentuou, para logo rematar: “Socialismo é o nome, um belo nome, para o nosso inconformismo”.

Criticando a “trapalhada” governativa da direita, o deputado socialista defendeu que o PS deve estar preparado para “combater contra todo o populismo e toda a demagogia”.

“A Declaração que propomos não é um manifesto”, ressaltou, explicando que “a esquerda democrática e socialista não é um estado de alma”, implicando sim a ocupação de um espaço no espectro político-partidário.

Depois de lamentar o facto de não ter sido apresentada “nenhuma alternativa global à proposta do grupo de Ferro Rodrigues”, o ex-ministro da Educação defendeu que a redacção final do documento fosse coordenada pelo presidente socialista Almeida Santos e convidou todos os militantes e dirigentes do PS a prosseguir pelo caminho da “abertura ao diálogo com o presente”.

Entretanto, no final do debate, Augusto Santos Silva sentiu necessidade de esclarecer questões



levantadas por alguns oradores sobre a Declaração de Princípios, referindo que “em sede de redacção final melhoraremos ainda mais o documento”, incorporando, nomeadamente, referências à fundação do PS. Na sua intervenção, Santos Silva esclareceu que na Declaração de Princípios está consagrado que “o PS é frontalmente contra qualquer acto de uma superpotência fora do quadro das Nações Unidas”, em resposta a uma crítica levantada por Helena Roseta.

Augusto Santos Silva referiu ainda que na Declaração de Princípios “procurou-se circunscrever o território em que nos movemos”, ou seja um texto que teve como objectivo ser “o máximo denominador comum”.

Referindo que a Declaração de Princípios é um “instrumento essencial para a identidade do PS”, sublinhou que o documento “é um instrumento em constante revisão”.

Recorde-se, a este propósito, que, na manhã de sexta-feira, foi apresentada por dois

militantes socialistas – Edmundo Pedro e Fernandes Couto (e subscrita por 50 delegados ao congresso) – uma proposta de adenda à declaração de princípios de Ferro Rodrigues.

Nesta adenda, os camaradas invocavam os tempos da fundação do partido, o papel de Mário Soares no nascimento do PS e sublinhavam aquela que consideram dever ser a função do partido.

“Ao Partido Socialista, como principal obreiro



da conquista da Democracia Política, cabe a indeclinável tarefa de ser o principal garante da irreversibilidade das conquistas sociais e políticas que a Constituição consagra”.

Fiel à tradição

O PS, adiantam, deve manter-se fiel à sua tradição internacionalista, e assumir-se como um partido de “socialismo democrático”.

Em termos de políticas concretas, estes militantes dão “importância decisiva” Educação e Cultura.

Na sua intervenção, o militante histórico Edmundo Pedro congratulou-se com a honra de ter sido o primeiro subscritos da proposta de alteração dos estatutos apresentada por Ferro Rodrigues, por considerar que esta “constitui um enorme passo na direcção certa”.

Garantindo que nunca será “ferrista”, Edmundo Pedro explicou que “o que o nosso secretário-geral precisa não é de seguidores omissos e sim de gente com ideias” que ajudem a corrigir os erros do percurso.

Para manifestar o seu desacordo falou a dirigente socialista Helena Roseta, que criticou a Declaração de Princípios apresentada por Ferro, sustentando que o documento “não é ainda” o que o PS precisa para se diferenciar dos outros partidos.

Na seu discurso ao XIII Congresso socialista, Roseta defendeu que o secretário-geral e o próprio partido “deviam ter ido mais longe” no que preconizam na Declaração, um documento que, disse, “não entusiasma, não estimula, não motiva”.

Existem mesmo “alguns aspectos” do documento que a deputada disse “desagradar-lhe profundamente”.

“Não percebo como é que em 2002 o PS diz que o papel democrático tem de ser valorizado. Fala-se também da necessidade de defendermos a paz. Tudo isto já está na Constituição. Esta declaração não chega para nos diferenciar dos outros partidos”, reiterou.

Helena Roseta adiantou que gostava de ver no documento “uma crítica frontal ao imperialismo americano e ao que se passa com o terrorismo”, para depois concluir: “Preferia ficar com o



documento de 1986”. Manifestamente preocupado com os problemas que o País enfrenta e que devem constituir matéria de reflexão para todos, falou aos delegados António Correia de Campos. Segundo o ex-ministro das Saúde, “o Governo ainda se julga em campanha eleitoral”, pelo que “só tem sido firme com a concessão de regalias e no rigor com os mais fracos”. Apontando para os malefícios da política económica do actual Executivo de direita, Correia de Campos criticou a auto-suficiência autista dos actuais governantes e focou a responsabilidade de devolver a esperança que furtou aos cidadãos com o seu discurso catastrofista, demagogo e populista. “A questão é saber se conseguirão recriar a confiança em todos nós”, frisou, referindo-se depois às medidas executivas aprovadas à custa do “rolo compressor de uma maioria de conveniência”.

Atendendo à conjuntura, o antigo governante alertou para o facto de que, nestas condições, “estar na oposição impõe sofrimento, renúncia e trabalho” e convidou os socialistas a juntarem esforços no sentido de voltar ao Governo em 2006, porque, segundo argumentou: “não há passe de mágica que nos devolva o poder, nem acaso que no-lo ofereça”.

Partido de raiz popular

Na sua intervenção, Jorge Coelho referiu que é necessário que o PS “seja um partido mais moderno, mais virado para o exterior, renovado e mais interventivo”, sublinhando que “continua a ser um partido de raiz profundamente popular”. Salientando que o PS “é um partido de esquerda democrática, europeia”, acrescentou que se ainda restassem dúvidas sobre as diferenças entre esquerda e direita, “bastava ver o actual

Governo, em especial a forma como governa contra os trabalhadores”.

É necessário, sublinhou, “defender as causas de quem trabalha, combatendo o pacote laboral”. Como “força principal e motor da esquerda”, Jorge Coelho disse que o PS “deve arrastar as forças de progresso”, sustentando que devem ser feitas “alianças de esquerda no Parlamento, que ninguém pode criticar”.

Segundo o dirigente socialista, “o País está sem rumo, sem desígnio nacional”, por isso, adiantou, “é necessário que o PSD se assuma como uma grande alternativa de progresso”.

O pior do cavaquismo

“Nunca tive dúvidas de que o PS é um partido da esquerda democrática”, afirmou José Sócrates.

“No combate à ditadura, na luta contra a tentação totalitária, na construção do Estado democrático, os portugueses sempre viram o PS como o partido da esquerda democrática”, disse, sublinhando que “nós, socialistas, não temos angústia do que representamos”.

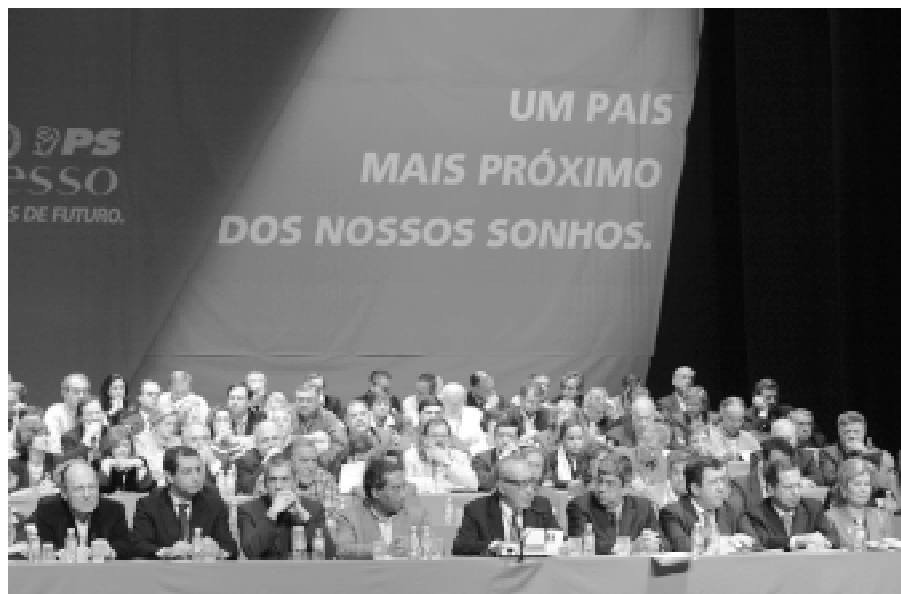
Depois de afirmar que “só há um dono da história do PS - os socialistas e os portugueses”, Sócrates frisou que “o PS sempre foi um partido ambicioso nas ideias, aberto à inovação e à modernidade, para melhor servir os seus ideais”.

Na sua intervenção, o dirigente nacional do PS criticou o Governo, acusando Durão Barroso de ter apenas cumprido a promessa que fez de governar contra os socialistas. “Este comportamento revela o seu estilo”, disse.

Segundo Sócrates, “em sete meses, este Governo revelou-se como o pior do cavaquismo, em crispação, cultura de arrogância e prepotência”.

Carlos Lage, outro dos oradores, disse que a Declaração de Princípios é “equilibrada, escurreita, aberta e lúcida”, mas lamentou a sua “debilidade ideológica”. É que, sublinhou, “falta Antero, falta uma referência às nossas raízes históricas”.

O eurodeputado socialista não poupou ainda nas críticas ao actual Governo, que acusou de ser “o mais medíocre que Portugal já teve”.



UM APELO À REBELDIA E INCONFORMISMO QUE COMBATA AS CONTRA-REFORMAS DA DIREITA

Um documento que é “um apelo à rebeldia e inconformismo” e um contributo para uma reflexão, abertura e mobilização do Partido Socialista em torno de Ferro Rodrigues e da moção que levou ao Congresso, foi apresentado por um conjunto de militantes, que teve Manuel Alegre como primeiro subscritor.

Intitulado “O papel do PS hoje”, o documento, começa por denunciar “a maior ofensiva da direita desde o 25 de Abril” que o Governo do PSD/PP está a levar a cabo, desenvolvendo uma verdadeira contra-reforma global que fará regressar a sociedade portuguesa. A referida contra-reforma, com consequências tão nefastas para a sociedade portuguesa, está a ser feita a nível político, fiscal, saúde, segurança social, emprego, educação, ciência e cultura e contra os jovens.

“Os socialistas não podem desistir de querer transformar o mundo, nem acomodar-se a tentar apenas a melhorar aquilo que está, sob pena de se tornarem historicamente dispensáveis. Têm de procurar dar um novo sentido ao seu combate”, afirma o documento, também assinado por Medeiros Ferreira, Vera Jardim, Ana Benavente, João Cravinho, Marques Júnior, Alberto Costa, Luísa Portugal, Osvaldo de Castro, Jorge Lação, Alberto Martins, e Vítor Ramalho, entre outros.

O novo sentido que os socialistas precisam de dar ao seu combate “passa pela defesa de um novo modelo social europeu, que alie as políticas sociais mais avançadas com novas propostas sobre a vida nas cidades, o quotidiano das famílias, os bairros degradados, a segurança urbana, a integração dos imigrantes, os transportes, a habitação, a segurança alimentar, os direitos dos consumidores, o lazer e o acesso à cultura”.

Os subscritores do documento consideram que a disciplina orçamental não pode ser obtida com prejuízo do crescimento económico e do



emprego. Mais e para além de um Pacto de Estabilidade e Crescimento, é preciso um Pacto de Coesão e Cidadania. “O PS não pode pactuar com as tentativas do Governo PSD/PP para impor um modelo económico ultra-liberal que traz consigo a exclusão social e o aumento do desemprego”, sublinha-se.

Por outro lado, afirma-se a necessidade de ter coragem para assumir posições claras sobre a

globalização e as suas consequências na vida das nações e das pessoas. “Há necessidade de nos opormos a uma globalização dominada pela hegemonia do capital financeiro e pelo unilateralismo americano”, afirma o documento, acrescentando que é o facto dela estender a sua interdependência entre todos os povos da terra que acentua a necessidade de uma acção colectiva global.

“Para se opor a esta ofensiva global, o PS não pode comportar-se como se ainda estivesse no Governo. Ninguém é Governo na oposição. O PS tem de deixar de se auto-flagelar. Os seus governos foram julgados nas urnas. Agora é tempo de tirar lições do passado e olhar para o futuro. Mas para isso o PS não tem de ter medo da palavra esquerda, nem da palavra socialismo”, afirma o documento.

MOÇÕES SECTORIAIS PASSAM PARA COMISSÃO NACIONAL

As catorze moções sectoriais, que no Congresso foram apenas apresentadas pelos seus primeiros subscritores, serão discutidas e aprovadas numa próxima reunião da Comissão Nacional, ainda com data a marcar.

O número recorde de inscrições que houve no XIII congresso, perto de 100, levou a que o tempo de palavra tivesse de ser relativamente reduzido, apenas três minutos para cada delegado, o que, mesmo assim, originou a que as intervenções se prolongassem até perto da meia noite no segundo dia de trabalhos.

Logo após a votações das moções globais, que teve como vencedora por esmagadora maioria a de que foi primeiro subscritor Ferro Rodrigues, intitulada “Fazer Bem pelo Futuro”, seguiu-se apenas a apresentação das moções de acção sectorial, que se debruçaram sobre temas como a ensino, saúde, democracia, economia e emigração.

Como já era quase uma da manhã, o presidente do Congresso, Almeida Santos, anunciou que a discussão e votação se faria posteriormente numa reunião da Comissão Nacional a marcar oportunamente, eventualmente logo a seguir à que este sábado, dia 23, se realiza e que tem apenas como pontos da ordem de trabalhos a eleição da Comissão Política e a análise da situação política.



MÁRIO SOARES MILITANTE Nº1

O Partido Socialista fez uma mais que justa homenagem àquele que é uma das referências mais sólidas do socialismo e da democracia portuguesa: Mário Soares, que será o militante número 1.

A proposta foi feita por Ferro Rodrigues e anunciada por Almeida Santos. Todos os delegados manifestaram o seu reconhecimento pelo gesto, ovacionando entusiasticamente.

Foi também anunciado que os primeiros mil militantes ficarão com os seus números de militante cativos, o que é uma forma de respeitar o seu contributo para o Partido e honrar a memória daqueles que já faleceram. Estas decisões surgem na sequência do processo de refiliação que decorreu até pouco antes da realização do Congresso, e que permitem conhecer melhor e mais fielmente o partimos que somos.

COMISSÃO NACIONAL

EFFECTIVOS

Acácio Barreiros
Acácio Lopes
Adriano Venceslau
Afonso Abrantes
Afonso Lobão
Agostinho Santos
Aires de Carvalho
Aires Ferreira
Alberto Antunes
Alberto Costa
Alberto Martins
Alberto Mesquita
Alberto Souto
Alexandre Rosa
Alice Martins
Altamiro Claro
Amélia Brito
Ana Benavente
Ana Catarina Mendes
Ana Gomes
Andréia Cardoso
Angela Pinto Correia
Antero Gaspar
António Borges
António Braga
António Camilo Coelho
António Campos
António Costa
António Galamba
António Jorge França
António José Seguro
António Magalhães
António Manuel Baptista
António Paiva
António Reis
António Vitorino
Armando França
Armando Vara
Artur Lopes
Artur Penedos
Augusto Guedes
Augusto Santos Silva
Barbosa Ribeiro
Bernardo Trindade
Berta Nunes
Cândida Cavaleiro Madeira
Cândido Ferreira
Capoulas Santos
Carla Tavares
Carlos Candal
Carlos Cesar
Carlos Lage
Carlos Teixeira
Carlos Trindade
Carlos Tuta
Carlos Zorrinho
Carolina Tito de Morais
Ceia da Silva
Celeste Correia
Correia de Campos
Custódia Fernandes
Delmiro Carreira
Dias Baptista
Domingos Bragança
Domingos Quintas
Duarte Santos
Edite Estrela
Eduarda Castro
Eduardo Cabrita
Eduardo Prado Coelho
Egídia Martins
Elisa Damião
Ema Gonçalo
Emanuel Jardim Fernandes
Emanuel Martins
Ernesto Silva
Fátima Campos
Fausto Correia
Fernanda Costa
Fernando Cerqueira
Fernando Gomes
Fernando Miranda
Fernando Rodrigues
Fernando Serrasqueiro
Ferraz de Abreu

Filipe Costa
Francisco Assis
Francisco Ferreira
Francisco George
Francisco Leal
Francisco Ribeiro
Gil Romão
Graça Peixoto
Guilherme Pinto
Helena Roseta
Helena Torres Marques
Henrique Ferreira
Horácio Antunes
Horácio Barra
Idália Moniz
Irene Lopes
Irene Velloso
Isabel Sena Lino
Isabel Vigia
Isabela Marques
Jaime Gama
Jaime Leandro
Joana Lima
João Cardoso
João Carlos Gouveia
João Cravinho
João Fernandes
João Proença
João Rui de Almeida
João Soares
João Tinoco Faria
Joaquim Barreto
Joaquim Couto
Joaquim Morão
Joaquim Ramos
Joaquim Raposo
Joel Hasse Ferreira
Jorge Bento
Jorge Castro Lopes
Jorge Coelho
Jorge Lação
Jorge Rosendo Gonçalves
Jorge Strecht
Jorge Videira
José António
José António Vieira da Silva
José Apolinário
José Contente
José Emilio Moreira
José Ernesto Oliveira
José Fateixa
José Junqueiro
José Lamego
José Leitão
José Lello
José Luís Catarino
José Manuel Carpinteira
José Manuel Custódio
José Manuel Epifânio
José Miguel Medeiros
José Mota
José Penedos
José Reis
José Ribeiro
José Santos Botelho
José Saraiva
José Socrates
José Vera Jardim
Jovita Ladeira
Júlio Miranda Calha
Laurentino Dias
Leonor Coutinho
Luís Ameixa
Luís Carito
Luís Coelho
Luís Marinho
Luís Nazaré
Luís Vaz
Luís Vilar
Luísa Mendonça
Manuel Alegre
Manuel dos Santos
Manuel Machado
Manuel Maria Carrilho
Manuel Porfirio Varges
Manuel Seabra
Manuel Travessa de Matos

Margarida Freitas
Margarida Marques
Margarida Ramos de Carvalho
Maria Amélia Antunes
Maria Antónia Almeida Santos
Maria Carrilho
Maria da Luz Rosinha
Maria de Belém
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Carmo Borges
Maria do Carmo Sequeira
Maria do Céu Lourenço
Maria do Céu Sousa Fernandes
Maria Helena André
Maria José Gonçalves
Maria Ludovina
Maria Santos
Maria Teresa Alegre Portugal
Mariana Franco
Mário de Almeida
Marques Júnior
Medeiros Ferreira
Mesquita Machado
Miguel Coelho
Miguel Ginestal
Mota Andrade
Narciso Miranda
Nelson Baltazar
Nelson Carvalho
Nelson Cunha
Nobre dos Santos
Nuno Cardoso
Olga Bataglia
Olga Maia
Oliveira e Silva
Orlando Gaspar
Orlando Magalhães
Osvaldo Castro
Paula Cristina Duarte
Paulo Pedroso
Pedro Adão e Silva
Pedro Farmhouse
Pedro Silva Pereira
Pina Moura
Ramos Teixeira
Renato Sampaio
Ricardo Apolinário
Ricardo Bexiga
Ricardo Castanheira
Rita Pestana
Romana Romão
Rosa Albernaz
Rosa do Céu
Rosa do Egípto
Rosalina Martins
Rosalina Santos
Rui Cunha
Rui Namorado
Rui Oliveira e Costa
Rui Paulo Figueiredo
Rui Pereira
Rui Solheiro
Sandra Lameiras
Sérgio Ávila
Sérgio Sousa Pinto
Sónia Fertuzinhos
Tito Evangelista
Torres Couto
Umberto Pacheco
Vasco Cordeiro
Vitalino Canas
Vitor Batista
Vitor Cunha
Vitor Figueiredo
Vitor Freitas
Vitor Hugo Sequeira
Vitor Pereira Dias
Vitor Ramalho
Vitor Rodrigues

SUPLENTE

Mark Kirkby
Barbosa de Oliveira
João Cunha
Elisabete Azevedo
Eduardo Chagas

Fonseca Ferreira
Miguel Fontes
Ana Cristina Costa
Oscar Gaspar
António Eusébio
Luís Filipe Pereira
Maria Manuela Augusto
Miguel Cabrita
Manuel da Luz
Filipe Brandão
Esmeralda Sofia
Marcos Perestrelo
Fernando Rocha Andrade
Eduardo Galamba
Maria Manuela Neto
Rui Oliveira
Francisco Madelino
Pato Ribeiro
Filipe Nunes
Nuno Baltazar Mendes
Luís Lopes
Leonete Aguiar
Carlos Marques
Luísa Ferreira
Diamantino Elias
Susana Guerra
Francisco Rocha
Maria Imaculada
Natalina Moura
Armindo Carvalho
Joaquim Martins
Manuel Jerónimo
José Campos
Maria Emilia Infante
António Morais
Manuel da Silva
Teresa Seabra
José Abraão
António Fonseca
Paulo Pisco
Pedro Ribeiro

Algarve

Fernando Anastácio
António Murta
Aldemira Pinho
Paulo Bastos
Vitor Aleixo
Joaquina Matos

Aveiro

Raúl Martins
José Valente
Aníbal Gouveia
Maria de Fátima Ferreira
Jorge Sequeira
Humberto Rocha
Margarida Garizo
Jacinto Martins

Baixo Alentejo

Arlindo Costa
Luís Barradas
Eugénia Santana Alho
Espada Guerreiro

Bragança

José Manuel Miranda
Luís Filipe Fernandes
Maria Carneiro
Fernando José Rodrigues

Braga

Alfredo Cardoso
Susana Martins
Ricardo Gonçalves
Raúl Rocha
José Gomes
Domingos Júlio
Joaquim Costa
Manuel Machado
Isabel Coutinho
Maria Fernanda Ribeiro

Castelo Branco

José Paulo Farinha
Jorge Patrão

José Pina

Coimbra

Rui Silva
José Girão Vitorino
Paulo Carapuça
João Reigota
Horácio Pedrosa
José Manuel Sousa Antunes
José Alberto
Mendes Lopes
Fernanda Pimentel
Eliana Cristina Pinto

Évora

Fernanda Ramos
Norberto Patinho
Vitor Martelo

FAUL

Ana Maria Couto
Mário Lourenço
Telma Ribeiro Leitão
Rodrigues Soares
Luís Filipe Pires
Susana Amador
José Leão
José Rodrigues
Natalina Moura
António Alexandre Delgado
Teodora Freire
José Manuel Fernandes do Couto
Silvino Lúcio
Egídio Pinto Martins
Agnelo Jesus Roneberg
Amélia Varela
Fernanda Freitas Dias
Ismael Fonseca
Fernando Martins
Flávio Fontes
Luís Manuel Coelho
Maria Isabel Marta Gregório
Manuel Aparício
Bruno Parreira
João Russo
Ricardo Leitão

FRÓ

Jacinto Leandro
Casimiro Ramos

Guarda

Esmeraldo Carvalhinho
Cristina Moutinho

Carlos Noutel dos Santos

Leiria

João Paulo Pedrosa
Telmo Carlos
Ana Paula Noivo
Maria Lurdes Farinha

Portalegre

Albano Silva
João Burríca
João Freire
António José D'Alte

Porto

Mário Mourão
Jorge Catarino
Afonso Paixão
Alcídia Lopes
José Luís Carneiro
Mores Martins
Joaquim Sá
José Neves
Castro Fernandes
Abel Maia
Otilia Areal
Helena Vaz
José Nunes
Rui Lopes
Moreira Alves
Osvaldo Pinho
Rui Almeida
Manuel António
Nuno Peixoto
José Neves
Amadeu Meneses
Joaquim Adelino Sousa
Miguel Ângelo
Augusto Rebelo Pinto
Diomar Santos
José António Tavares
António Leite

Região Autónoma dos Açores

Renato Leal
Paulo Jaime
Ricardo Silva
Sara Vieira

Região Autónoma da Madeira

Ricardo Freitas
Duarte Gouveia
Avelino Perestrelo
Filipe Sousa
Jaime Nunes da Silva

Santarém

Luísa Portugal
Armindo Bento
Paulo Caldas
Rui Carreiro
Fernanda Assesseira

Setúbal

Pedro Marques
Idalino José
José Manuel Assis
Odete Alexandre
Jorge Mares
Vitor Ferreira
Arnaldo Teixeira
Ivone Machado
Cláudia Lousada
Luís Gonelha

Viana do Castelo

António Vassalo de Abreu
António Pereira Júnior
Ana Paula Barros
Jorge Fão
Fernando Cabodeira

Vila Real

Edite Fernandes Sousa
Manuel Figueira
Maria Helena Rodrigues
Alcides Amaral

Viseu

José Pereira Pinto
Mário Ferreira
Carlos Diogo Pires
Edite Poceiro
João Lages
Armando Guimarães
Armando Martins
Catarina Azevedo

COMISSÃO NACIONAL DE JURISDIÇÃO

EFFECTIVOS

António Ramos Preto
Alzira Serrasqueiro
António Gameiro
António Martinho
António Reis
Armando Reis
Fernanda Campos
Fernando Manata
Joana Cruz
João Santos
João Serrano
José Cabeças
Paula Alves
Roque Lino
Vitor Neto

SUPLENTE

Rita Madeira
Fernando Jorge Salgado
Helder Nunes
João Paulo Almeida
Manuel Claro
Telma Correia
Vitor Pereira

COMISSÃO NACIONAL DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

EFFECTIVOS

Dias da Cunha
Carlos Frazão
Luís Pinto
Maria do Carmo Silva
Rodrigo Oliveira
Teresa Heimans
Fernando Carvalho

SUPLENTE

Jorge Cosme
António Joaquim Ramalho
José Manuel Andrade
António da Silva Gomes
Henrique Calisto

PALAVRAS DITAS

Não quero um partido à minha imagem, mas tenho uma imagem clara do partido que quero

Ferro Rodrigues

Quando ouvirem algumas pessoas dizer bem de mim, então está na altura de o PS mudar de secretário-geral

Idem

Uma imensa operação de esquecimento apagou de súbito todos os seus [de António Guterres] méritos. (...) De repente, passou a não ser verdade o excepcional prestígio que granjeou como governante, parlamentar, europeu desejado para presidente da Europa, socialista eleito para Presidente que ainda é, e vai continuar a ser, da Internacional Socialista.

António Almeida Santos

Já chega de autoflagelação. Os Governos socialistas foram muito melhores do que este de direita

Edite Estrela

Somos um Governo diferente daquele que existiu no Continente. E até podemos dar o exemplo de como se deve agir na oposição

Carlos César

É preciso virar à esquerda, mas deixar claro que o PS nunca deixou de ser um partido de esquerda

Manuel Alegre

Socialismo é um nome, um belo nome, para o nosso inconformismo

Augusto Santos Silva

Estar na oposição impõe sofrimento, renúncia e trabalho

Correia de Campos

Como força principal e motor da esquerda, o PS deve arrastar as forças de progresso

Jorge Coelho

Em sete meses, este Governo revelou-se como o pior do cavaquismo, em críspação, cultura de arrogância e prepotência

José Sócrates

Este é o Governo mais medíocre que Portugal já teve

Carlos Lage

O País pede um PS forte, unido, moralizado, coerente com os seus valores, mas também para abordar novos temas

Jaime Gama

O Governo faz tudo ao contrário do que prometeu

Mário Almeida

O neoliberalismo é uma doutrina desacreditada

Sérgio Sousa Pinto

A proposta de Código do Trabalho é inaceitável

João Proença

O projecto do PS deve passar pelo combate ao Código do Trabalho do Governo da direita

Carlos Trindade

O Governo está a lançar uma ofensiva que não tem precedentes contra os trabalhadores

Delmiro Correia

O PS é um dos partidos socialistas com "maior score eleitoral na Europa - 38 por cento

Rui Oliveira e Costa

Deve haver uma aposta na lusofonia

Vítor Ramalho

Enquanto os partidos socialistas forem complacentes com a lógica neoliberal, há o perigo do populismo da extrema-direita ocupar o lugar dos partidos socialistas

Medeiros Ferreira

Na Madeira a democracia não é de boa qualidade

Jacinto Serrão

A política económico-financeira do Governo caminha para o estampanço geral

Pina Moura

O PS não pode ter pressa de chegar ao poder - primeiro há que conquistar a confiança dos portugueses e conquistar um bloco social de apoio forte

Alexandre Rosa

O nosso lugar é o lugar da esquerda, uma esquerda que tem a capacidade de revolta contra as injustiças

Alberto Martins

O País é governado na insensibilidade social

Miranda Calha

Portugal terá de ser governado por outra gente

João Soares

É necessário que o PS se empenhe na criação de uma entidade reguladora do sector de construção civil

Helena Roseta

A luta por uma sociedade inclusiva tem de ser uma das principais causas do socialismo

José Leitão

ROSTOS DA RENOVAÇÃO



Ana Gomes, embaixadora de Portugal na Indonésia e um dos elementos essenciais no processo que levou Timor-Leste à independência, Eduardo Prado Coelho, académico brilhante e analista político de grande prestígio, Nuno Cardoso, ex-presidente da Câmara Municipal do Porto e Luís Nazaré, jornalista, são apenas alguns dos novos rostos da renovação do Partido Socialista, que agora vão integrar diversos órgãos directivos.

A renovação é um dos objectivos anunciados e concretizados pelo secretário-geral Ferro Rodrigues, que no Congresso disse que este processo ia agora continuar.

Além dos novos rostos, há também a considerar que este processo de renovação passa também pela redução substancial dos órgãos nacionais. O Secretariado passa de 51 membros para 12, a Comissão Política de 81 para 65 e a Comissão Nacional de 271 para 251 membros.

RESULTADOS DAS ELEIÇÕES PARA OS ÓRGÃOS

O secretário-geral do Partido Socialista, Ferro Rodrigues, foi eleito por larga maioria, com 1198 votos a favor, 27 contra e 23 abstenções, num universo de 1492 delegados ao XIII Congresso nacional, enquanto Almeida Santos foi reeleito presidente do partido com 1144 votos a favor, 38 contra, 45 abstenções e oito votos nulos.

Eleitas foram também a Comissão Nacional de Jurisdição com 1094 votos a favor, 53 votos contra, 48 abstenções e três votos nulos e a Comissão Nacional de Fiscalização foi eleita com 1097 votos a favor, 44 contra, 55 abstenções e dois votos nulos.

Os congressistas aprovaram por larga maioria a moção global de estratégia "Fazer bem pelo futuro" do secretário-geral, registando-se apenas três abstenções. Por outro lado, a moção "Pensar Portugal" de Henrique Neto recolheu dez votos a favor.

A Declaração de Princípios proposta pelo líder socialista, Ferro Rodrigues, foi aprovada sem votos contra e dez abstenções.

As propostas de alteração de estatutos defendidas por Ferro Rodrigues foram também aprovadas por larga maioria dos delegados ao Congresso.

Uma das consequências mais visíveis das alterações estatutárias prende-se com a redução do número do número de membros dos órgãos nacionais.

Assim, a Comissão Nacional passa a ser constituída por 251 elementos, a Comissão Política por 65 e o Secretariado Nacional para 11, tendo sido extinta a Comissão Permanente.

MENSAGEM DE GUTERRES AO CONGRESSO

"Meus caros António Almeida Santos e Eduardo Ferro Rodrigues, não podendo estar fisicamente convosco e com todos os camaradas no momento em que se iniciam os trabalhos do Congresso do nosso PS, quero afirmar-vos, com todo o empenhamento, que a minha ausência só me faz sentir ainda mais solidário convosco, com o partido e com todos os militantes. Tenho profunda confiança em vós e na capacidade do PS, forte, unido e renovado, para construir a alternativa de futuro de que Portugal tanto precisa. Recebam um abraço forte e sentido, para vós e para todos os camaradas, com a amizade solidária do António Guterres."

INQUÉRITO AO ACIDENTE NO METRO

PS DENUNCIA FRAUDE À CONSTITUIÇÃO

O Partido Socialista está “indignado” com o comportamento dos deputados do PSD e CDS-PP da comissão de inquérito ao acidente no Metropolitano do Terreiro do Paço, porque cometeram “fraude à lei e à Constituição”.

A posição foi assumida pelo dirigente socialista António José Seguro, após o parlamentar laranja Vítor Reis ter considerado que os depoimentos prestados ontem pelos membros da comissão de inquérito nomeada pelo anterior Governo para averiguar as circunstâncias do acidente no Metro reforçaram a responsabilidade do empreiteiro, a Metropaço. Segundo alegou o deputado do PSD, o depoimento dos investigadores “desmontou” a tese que justificou o posterior acordo feito com o empreiteiro, quando o Ministério do Equipamento Social era tutelado por Ferro Rodrigues.

Para António José Seguro, “a fraude à lei e à Constituição da República continua a ser praticada pelos deputados do PSD e do CDS-PP

que fazem parte da comissão de inquérito parlamentar” ao acidente na estação de Metropolitano do Terreiro do Paço.

“Ao desprezar as competências da comissão de inquérito, tirando conclusões a meio, que são falsas, os deputados da maioria desprestigiam e retiram credibilidade à Assembleia da República”, denunciou Seguro, para quem “a lei e a Constituição ainda valem mais do que uma maioria política no Parlamento”.

O presidente da comissão de inquérito, Vera Jardim, considerou “inusitado que, no final de cada reunião, haja deputados que façam a súmula com as suas conclusões”.

“Qualquer dia, já estão feitos uma série de relatórios a esta comissão de inquérito”, concluiu. Recorde-se que o PS, pela voz de António José Seguro, acusou no dia 13 a maioria de direita de utilizar a comissão parlamentar de inquérito às obras na estação do Metro do Terreiro do Paço com o único objectivo de “atingir a honra”

de Ferro Rodrigues.

Esta posição dos socialistas surgiu na sequência da conferência de Imprensa dada, umas horas antes, no Parlamento, pelo PSD a exigir novas audições no âmbito da comissão de inquérito, retirando conclusões dos depoimentos já realizados, o que deixou “indignado” o PS, com António Costa, líder parlamentar, a pedir a Mota Amaral que convocasse com urgência uma conferência de líderes.

Mota Amaral, que se encontrava a presidir aos trabalhos da votação na especialidade do Orçamento de Estado para 2003, disse que ia reflectir.

Pouco depois, o PS marcava uma conferência de Imprensa, com o objectivo de desmascarar as verdadeiras intenções do PSD e mostrar a sua indignação perante o comportamento dos deputados da bancada laranja. O deputado António José Seguro, coordenador do PS naquela comissão de inquérito, acusou a maioria de ter retirado “conclusões falsas” de

um “inquérito que ainda agora começou” e de ter defraudado a lei e a Constituição.

O deputado socialista concluiu que a conferência de imprensa do PSD e a posição aí assumida vieram demonstrar que a comissão de inquérito é “dirigida ao secretário-geral do PS”, tendo por único “objectivo político atingir a sua honra”.

“Os factos são graves. O PSD não respeitou os deputados relatores, que têm de ter isenção”, acusou Seguro, criticando as “conclusões falsas” retiradas pela maioria dos depoimentos prestados por Ferro Rodrigues e Jorge Coelho na comissão.

António José Seguro revelou que o PS chegou mesmo a ponderar a hipótese de abandonar a comissão de inquérito - tal como fez recentemente no caso da comissão de inquérito às demissões na PJ -, tendo decidido não o fazer a pedido de Ferro Rodrigues.

“Entendemos que se tem de ir até ao fim. É que quem não deve não teme”, afirmou.

ORÇAMENTO DE ESTADO 2003

DESCONTROLO E DESCRÉDITO

Apesar de todas as advertências e de todas as propostas alternativas apresentadas pelo Partido Socialista para corrigir as injustiças mais gravosas contidas no Orçamento de Estado para 2003, a Assembleia da República aprovou-o na passada quinta-feira, com os votos favoráveis da maioria de direita, incapaz de dialogar, e com os votos contra de toda a oposição. No momento da votação, populares presentes nas galerias levantaram-se ao mesmo tempo que os deputados da oposição, simulando o voto contra a proposta da direita.



portuguesa feitas pelo Governo ou pela Comissão Europeia.

Após aludir às previsões da Comissão, indicando

que o défice nacional voltará a ficar este ano acima dos três por cento - ultrapassando o limite permitido pelo Pacto da Estabilidade -

O Orçamento de Estado para 2003 é “frágil”, é “inadequado” e, o que é pior, apesar de ter sido imposto mediante aprovação pela maioria de direita, “não será cumprido”, por isso, “não teria feito sentido votá-lo favoravelmente”.

As palavras são do deputado socialista Jaime Gama que, no encerramento do debate parlamentar na especialidade do OE-2003, denunciou a incapacidade do Executivo de Durão/Portas no controlo do défice e acusou o Governo de ter perdido a credibilidade nas principais instâncias internacionais.

Num discurso em que explicou os motivos que levaram a bancada socialista a votar contra o Orçamento do próximo ano, o dirigente do PS disse existirem substanciais diferenças nas projecções sobre a evolução da economia

Gama frisou que o Governo português “quanto mais falhar na execução do Orçamento Rectificativo de 2002, mais falhará na execução orçamental em 2003”.

Segundo o ex-ministro dos Negócios Estrangeiros, quanto mais tempo o Executivo “demorar a reconhecer” a derrapagem no défice deste ano “pior será para a sua credibilidade”, junto da União Europeia ou dos mercados internacionais.

Assim, acrescentou o deputado do GP/PS, “quanto mais o tempo passa, mais se verifica uma diminuição face às previsões iniciais de crescimento económico” em 2003 “e mais se verifica uma subida na estimativa sobre a taxa de desemprego em 2003”.

“A confiança do actual Governo já estava abalada pela sua mensagem ultra pessimista, agora mais se agravou com total ausência de um política económica para o País”, declarou o deputado.

Jaime Gama disse ainda serem preocupantes os sinais “de agravamento dos factores estruturais de Portugal”, factores esses que considerou “essenciais para a recuperação a prazo da economia portuguesa”, dando como exemplo situações de desinvestimento nas universidades, na ciência e ao nível da sociedade de informação.

“Onde o País precisava de opções sustentadas para a sua modernização, o Governo trouxe-nos o desinvestimento, cortes e cativações, o que nos põe fora em termos de competitividade à escala europeia e internacional”, reiterou. Gama denunciou a política “laxista, cheia de flutuações erráticas” do Governo, germe da “desconfiança junto das empresas, das famílias e dos trabalhadores”.

MÁ EXECUÇÃO DE OUTUBRO AGRAVA DÉFICE

O défice global do subsector Estado agravou-se 21,2 por cento nos primeiros dez meses do ano, para 5.018,3 milhões de euros em relação ao mesmo período de 2001, segundo a execução orçamental divulgada na passada sexta-feira.

A diferença do lado das receitas entre o orçamentado e o entrado ascende a quase 700 milhões de euros (695,4 milhões de euros).

Estes 700 milhões de euros a menos representam 0,55 por cento do produto interno bruto (PIB) previsto para 2002, o que significa que, sem correcções, o défice já está em 3,35 por cento do PIB. Um dos aspectos mais marcantes dos números agora divulgados é o agravamento da quebra homóloga das receitas dos impostos sobre o rendimento das pessoas singulares (IRS) e colectivas (IRC) em 3,1 por cento e 6,8 por cento, respectivamente.

MARY RODRIGUES

MACIEIRA ANTUNES

DAR FORMAÇÃO POLÍTICA AOS MILITANTES

Membro das Comissões Políticas da Concelhia de Lisboa e da FAUL, Macieira Antunes defende que é preciso criar uma escola de formação de militantes. "Acredito na formação interna de militantes, a quem seja permitida uma sólida fundamentação da nossa cultura, dos nossos princípios e dos nossos objectivos", afirma. Militante há 25 anos do PS, faz um balanço "muito positivo" do XIII Congresso, porque, sublinha, "Ferro Rodrigues conseguiu agarrar o partido e dar ânimo suficiente para que se mantenha uma dinâmica necessária para os próximos combates eleitorais".

"Só me inscrevi no PS em 1977, por até uns meses antes me encontrar a cumprir serviço militar", começa por contar o militante desta semana do "Acção Socialista", sublinhando que "a forma como a aliança PCP/PPD/CDS derrubou o I Governo Constitucional" determinou a sua inscrição no partido no dia seguinte.

De então para cá, Macieira Antunes participou activamente na formação da UGT, de duas estruturas sindicais - Sintap e Stormeteo - e também de duas secções na área do ambiente. No entanto, refere, "no que respeita ao sindicalismo, fui-me afastando, entre outros motivos, porque nunca foram criados fundos de greve e a obrigatoriedade de inscrição em sindicatos, duas questões que sempre considerei fundamentais para um movimento sindical forte".

Membro da Secção do Limoeiro e das Comissões Políticas da Concelhia de Lisboa e da FAUL, Macieira Antunes diz acreditar "num partido de militantes que militem, onde a militância seja um contributo - de afirmação individual ou colectiva - para o partido e um constante reassumir do comprometimento político com os nossos ideais".

É necessário, adianta, "atrair militantes, potenciando a quem chega as suas expectativas políticas", numa altura em que "há uma subalternização do papel do militante com o aparecimento de figuras mediáticas".

Por outro lado, defende a criação urgente de uma escola de formação de militantes, que "permita uma sólida fundamentação da nossa cultura, dos nossos princípios e dos nossos objectivos".

Macieira Antunes orgulha-se do trabalho desenvolvido pela Concelhia de Lisboa junto dos militantes de base, com a realização de diversas iniciativas, desde sessões de esclarecimento até debates sobre temas da actualidade política nacional, e defende a revitalização da FAUL. "para uma maior dinamização dos militantes, chamando-os a participar sobre objectivos concretos".

Quando às instalações desta estrutura em São



Pedro de Alcântara, sustenta que "a arquitectura do seu interior devia ser redesenhada, de forma a atrair mais camaradas, bem como devia ser criado um anfiteatro, que poderia ainda servir para reuniões dos órgãos dirigentes do partido que actualmente são feitas em hotéis".

Macieira Antunes faz um balanço "positivo" do último Congresso, porque, explica, "Ferro Rodrigues conseguiu agarrar e unir o partido, que não se sente órfão, e dar ânimo suficiente para que se mantenha uma dinâmica necessária para os próximos combates eleitorais".

Quanto ao posicionamento do partido, diz que "o PS é e sempre foi de esquerda, e como tal deve afirmar-se", mas sempre com a perspectiva de que "as eleições ganham-se ao centro". Face à postura radical do primeiro-ministro, defende que o PS deve "endurecer a sua oposição, dada a agressividade do actual Governo".

Convergência multipartidária

Atento à realidade político-partidária, bem como aos problemas que se colocam a Portugal numa Europa alargada e num mundo globalizado, Macieira Antunes não hesita em defender, com carácter de urgência, "uma convergência multipartidária - no mínimo entre os maiores partidos - em soluções comuns sobre a saúde, educação, fiscalidade e Administração Pública, planeadas a três legislaturas, aferidas e monitorizadas regularmente pelo Parlamento, com recurso a especialistas".

É que, refere, "existem problemas que não se resolvem, democraticamente, em quatro anos. E as lógicas de ocasião não devem comprometer soluções razoáveis, compreendidas e aceites por todos os envolvidos, necessitando de períodos mais alargados para conclusão".

Macieira Antunes sublinha ainda que tem "uma preocupação determinante: a completa afirmação socioeconómica de Portugal na Europa, livre de apoios financeiros e consequentes estrangulamentos políticos".

J. C. CASTELO BRANCO

PREFERÊNCIAS

Político nacional
Aristides Sousa Mendes

Político estrangeiro
Ghandi

Acontecimento nacional
Adesão de Portugal à CEE

Acontecimento internacional
Queda do Muro de Berlim

Livro
"A Peste"

Autor
Albert Camus

Filme
"A Vida é Bela"

Compositor
Vivaldi



PORTO

ASSIS RECANDIDATA-SE À FEDERAÇÃO

Francisco Assis anunciou a intenção de se candidatar à presidência da Federação Distrital do PS/Porto, estrutura que considerou necessitar de uma “ruptura tranquila”.

“É sabido que discordo há vários anos da orientação política que tem sido imprimida ao partido neste distrito”, salienta o ex-líder parlamentar socialista na declaração de candidatura.

No documento, Francisco Assis defende que “o Porto precisa de um PS forte, prestigiado e agregador”, acrescentando que não se resigna à ideia de um partido “declinante, desprovido de projectos, de ambição e de perspectiva”, Assis salienta ainda que decidiu candidatar-se “após uma longa reflexão”, e que não anunciou a decisão antes do congresso do passado fim de semana “para não prejudicar o debate que deveria preceder tão importante reunião”.

“O PS/Porto precisa de uma revolução tranquila”, defende o candidato à Federação portuense, para quem o partido deve deixar de se preocupar com problemas do passado e pensar no futuro. “Já não importa discutir porque perdemos, urge criar as condições para que voltemos a ganhar”, defendeu, considerando que “só um PS credível pode enfrentar com sucesso a vaga populista e demagógica da direita conservadora que actualmente domina o distrito”.

Na sua declaração, o deputado socialista assegura que não se candidata contra ninguém e garante não mudou de convicções, lançando ainda um apelo a que se juntem a ele “todos quantos queiram participar activamente num amplo movimento de mudança tranquila do PS/Porto”, frisando que a sua candidatura pretende conseguir “uma nova solução de liderança que coloque o PS no caminho do sucesso político eleitoral”.

“Estou aqui para lutar por um PS diferente, com mais participação interna, com mais abertura à sociedade e com uma ambição muito clara, a de voltarmos a ser o primeiro partido no distrito do Porto”, acrescenta na declaração de candidatura.



SETÚBAL

AIRES DE CARVALHO APRESENTA CANDIDATURA

A “reconquista da Câmara de Setúbal” e a “preparação do PS para eventuais eleições legislativas antecipadas” são as prioridades da candidatura do deputado Aires de Carvalho à liderança da Federação Distrital de Setúbal.

Em conferência de Imprensa que decorreu na sede da Federação, o candidato defendeu “o envolvimento dos cidadãos no quotidiano do partido”

“Foi o que fizemos no Barreiro, onde conseguimos conquistar a câmara municipal à CDU, que muitos julgavam ser inexpugnável”, acrescentou Aires de Carvalho, invocando o facto de presidir à Comissão Política Concelhia do Barreiro.

Para o deputado socialista, o partido também “não pode apresentar os candidatos às autarquias a seis meses das eleições, antes terá de se preparar devidamente para o confronto eleitoral de forma a reforçar a sua posição no distrito”. Em relação à possibilidade de eleições legislativas antecipadas, Aires de Carvalho considera que o PS deve estar devidamente preparado para qualquer cenário.

No plano interno, Aires de Carvalho diz que pretende liderar uma Federação Distrital que seja respeitada pelas estruturas nacionais do partido e defendeu a necessidade do distrito de Setúbal ter voz em Bruxelas.



LISBOA

MIGUEL COELHO DEMITE-SE DA FAUL

O líder da Concelhia do PS/Lisboa, Miguel Coelho, anunciou a sua demissão do Secretariado da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) por divergência com a escolha de nomes para a Comissão Nacional dos socialistas.

A posição do deputado socialista foi comunicada, no final de uma reunião da Concelhia, na madrugada de terça-feira, na qual foi aprovada uma moção de solidariedade com o vereador da autarquia da capital Vasco Franco, que no último Congresso do partido ficou excluído da lista para a Comissão Nacional e uma moção de censura ao comportamento do Secretariado da FAUL, face aos critérios seguidos na elaboração da lista para a Comissão Nacional

Miguel Coelho acusou a equipa liderada pela ex-presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela de ter “desrespeitado e desconsiderado o peso político da Concelhia do PS/Lisboa, onde há uma actividade política intensa e de qualidade”.

Na reunião, foi também aprovada a disponibilidade de os socialistas “contribuírem para uma solução que reabilite o Parque Mayer”, embora se continue a rejeitar “a opção pela construção de um casino” na zona.



MATOSINHOS

PS CRITICA FALTA DE INVESTIMENTOS PARA O CONCELHO

O presidente do PS/Matosinhos, Manuel Seabra, criticou o abandono, por parte do Governo, de projectos para o concelho previstos há anos em orçamentos de Estado consecutivos.

O Porto de Angeiras, o quartel da GNR, a esquadra da PSP de Leça da Palmeira e a ligação desta freguesia ao centro de Matosinhos eram projectos constantes nos últimos PIDDACS, e muitos deles, segundo Manuel Seabra, já foram alvo de acções concretas em termos jurídicos e de projecto, faltando apenas avançar para a sua concretização.

“Parece haver, por parte do Estado, um esforço tal de desinvestimento e de inculcar na economia um espírito negativista que temo que se verifique já um arrefecimento e uma depressão económicos com consequências graves”, disse o presidente da Concelhia.

Manuel Seabra considera ainda que para “além do desinvestimento nas obras públicas, tem havido também uma quebra de apoios na área social e num momento em que surgem indicadores de que nos últimos dez anos – incluindo os do cavaquismo – o combate ao insucesso e abandono escolar teve resultados positivos, arriscamo-nos a assistir a uma degradação nos próximos tempos”.



VISTO DE BRUXELAS

O FEITIÇO CONTRA O FEITICEIRO

O secretário-geral do Partido Socialista afirmou, na intervenção final que produziu no recente Congresso, que esperava que o Governo, quando apresentasse o verdadeiro défice orçamental do País no ano corrente, utilizasse os mesmo critérios de rigor que utilizou, quando reportou à Comissão Europeia, o défice orçamental relativo ao ano anterior.

Todos estamos recordados que, logo após ter tomado posse, o Governo nomeou um "grupo de trabalho" para a análise das contas públicas, coordenado pelo Banco de Portugal, com o objectivo de determinar, com rigor, o valor do desequilíbrio orçamental de 2001.

Esse Grupo, utilizando critérios técnicos de grande rigor, concluiu que o défice orçamental daquele ano poderia situar-se num intervalo entre 3,6 por cento e 4,1 por cento do PIB, competindo ao Governo a escolha política do valor a reportar.

Também ficou claro que o rigor dos critérios utilizados pelo "grupo de trabalho" era muito mais exigente do que o critério que é normalmente aceite pela Comissão Europeia, para efeitos de fixação do défice oficial.

O Governo português, numa decisão que, na altura, causou grande surpresa em Bruxelas, escolheu o valor mais elevado do défice, aliás contra o parecer da própria Comissão que já tinha aceite, segundo os seus próprios critérios, um valor inferior ao limite fatídico dos 3 por cento.

O comissário responsável pela área das finanças europeias - Pedro Solbes - terá mesmo desabafado ter sido essa a 1ª vez que um país membro da União Europeia pressionou a Comissão no sentido de se fixar um valor mais elevado para o défice.

Também é conhecido o porquê da atitude do Governo português. A ministra das Finanças pretendia apresentar um cenário de catástrofe financeira, com objectivos de política interna, que suportasse um conjunto de políticas impopulares e desreguladoras do modelo de coesão social e convergência económica que tinha sido lançado pelo Governo anterior.

As consequências deste comportamento político irresponsável começam agora a ser visíveis. Bruxelas prepara-se para apertar o cerco e as vozes mais conservadoras do Parlamento Europeu, que aliás estão em maioria nesta Instituição, reclamam que Portugal seja considerado um "study case" que

igualmente verdade que a actual maioria se apressou, logo que formou Governo, a corrigir essa proposta orçamental e o fez completamente à vontade e com todas as consequências.

E foi exactamente porque o fez completamente à vontade e com todas as consequências que agora, é responsável, não apenas pelo continuado descalabro das finanças públicas, mas nomeadamente pelo ambiente de recessão que induziu na economia portuguesa.

A actual ministra das Finanças e o primeiro-ministro não têm perdão e terão de ser oportunamente avaliados pelos eleitores. Por isso também não tem sentido pensar em qualquer aliança tipo bloco central, que só se "justificaria" como um verdadeiro bloco de interesses e mesmo em "acordos de regime" que, nas circunstâncias actuais, apenas servem para branquear a política económica do Governo.

Só se fazem alianças ou acordos com gente de bem e instituições respeitadas e, neste momento, nem o Governo português nem os seus principais responsáveis podem, como tal, ser qualificados.



MANUEL DOS SANTOS

A actual ministra das Finanças e o primeiro-ministro não têm perdão e terão de ser oportunamente avaliados pelos eleitores. Por isso também não tem sentido pensar em qualquer aliança tipo bloco central, que só se "justificaria" como um verdadeiro bloco de interesses e mesmo em "acordos de regime" que, nas circunstâncias actuais, apenas servem para branquear a política económica do Governo.



constitua um aviso não negligenciável dirigido às principais potências económicas da União. A severidade com que tem sido recebida a posição portuguesa, de que sou testemunha privilegiada na qualidade de relator sobre as Finanças Públicas - 2002, contrasta com as explicações bondosas e compreensivas que sempre se encontram para os insucessos das economias mais poderosas. Ora sucede que já não restam dúvidas a ninguém, com um mínimo de bom senso, que o objectivo de um défice orçamental de 2,8 por cento em 2002 para Portugal se transformou numa meta praticamente inalcançável.

Uma meta praticamente inalcançável, obviamente, se forem minimamente respeitados os critérios de validação das contas públicas exigidas pela Comissão que rapidamente se transformará numa quimera, ou melhor num pesadelo, se forem usados os critérios aplicados pelo Governo às contas públicas de 2001, como reclama e bem o secretário geral do Partido Socialista.

As recentes declarações do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais revelam que o Governo dificilmente aceitará as evidências e, pelo contrário, se prepara para usar todos os truques contabilísticos necessários ao cumprimento artificial do seu objectivo.

O Governo português está, portanto, perante a sua prova mais difícil e, segundo todas as evidências, em vésperas de ver virado o seu feitiço contra o feiticeiro.

Acresce que desta vez não há desculpas e o Governo não pode partilhar nenhuma responsabilidade com o Governo anterior.

É certo que o Governo socialista foi o responsável pelo Orçamento de Estado para 2002, mas é

Compreende-se o propósito anunciado pelo líder do PS de discutir, com lealdade e colaboração positiva, uma revisão do actual Programa de Estabilidade e Crescimento, que terá de ser o quadro orientador da política económica e financeira do país nos próximos anos, mas também se tem de estar consciente da enorme dificuldade em concretizar esta disponibilidade, face à atitude e, sobretudo, à natureza das políticas do actual Governo.

Uma maioria que ganha as eleições prometendo baixar os impostos e acaba por os aumentar, uma maioria que anuncia reforço da coesão social e mais investimentos e coloca o país à beira da recessão e da crise social e um Governo que não se importa de hipotecar a credibilidade financeira do país no exterior a troco de passageiras vantagens na política interna, não merece um esforço patriótico de cooperação.

CARLOS LAGE

RECURSOS DA PESCA EM SITUAÇÃO DRAMÁTICA

O esgotamento dos recursos piscícolas é uma realidade dramática no que diz respeito a muitas espécies, considerou o eurodeputado Carlos Lage, membro das comissões de Pescas e do Ambiente, na discussão de um relatório sobre a Política Comum de Pescas.

Numa intervenção marcadamente defensora dos recursos marinhos como riqueza fundamental para o equilíbrio ambiental e a reprodutibilidade dos recursos marinhos para o futuro, Carlos Lage defendeu que a Política Comum de Pescas precisa ser forçosamente um compromisso que equilibre as vertentes social, económica e cultural e ecológica. Mas para que isso ocorra chama a atenção aos chamados "amigos da pesca" para uma verdade de La Palisse: sem peixe não há pesca.

"O esgotamento dos recursos não é uma fantasia ou um exagero dos ecologistas ou de cientistas pessimistas - disse. É uma realidade dramática que diz respeito a muitas espécies. No passado também houve um colapso de certas unidades populacionais mas foi possível reconstituí-las transferindo o esforço de pesca para outras espécies e outras latitudes geográficas. Hoje isso é praticamente impossível. O exemplo do colapso dos bancos de bacalhau da Terra Nova onde tanta história, tanta lenda se fez, por exemplo, no meu país, em Portugal, deveria servir-nos como alerta". Carlos Lage considerou que se verifica hoje um empobrecimento da diversidade biológica do meio marinho e a destruição progressiva dos habitats e de ecossistemas. Na sua opinião, não é somente pela pressão exercida pela pesca que



esta situação se revela inquietante, já que existem outras causas bem conhecidas que contribuem para este fenómeno. "A pesca está doravante sujeita a uma dupla exigência:

exigência ecológica de preservar os recursos haliêuticos e exigências política e social de manter as actividades económicas do sector das pescas marítimas, impõe-se para isso que

essas actividades estejam estreitamente ligadas ao estado dos recursos e não assumam um carácter predador ou de simples colecta como se ainda estivéssemos no paleolítico", afirma.

LUÍS MARINHO DEFENDE

MAIOR PROTAGONISMO PARA A COMISSÃO NO ESPAÇO DE LIBERDADE, SEGURANÇA E JUSTIÇA

A construção do espaço judicial europeu é uma realidade que deve assentar mais na iniciativa comunitária, da responsabilidade da Comissão Europeia, do que em propostas isoladas de cada um dos Estados-membros, afirmou o eurodeputado Luís Marinho, no debate de um relatório sobre uma iniciativa da Presidência dinamarquesa da União, cujo objectivo é a aprovação de novas normas europeias para o confisco de produtos, instrumentos e bens relacionados com o crime. "O método mais eficaz e coerente na maior parte das matérias que integram o Espaço de Liberdade é a iniciativa comunitária, que esperamos venha a ser, após os trabalhos da Convenção, o método de trabalho por excelência", afirmou o eurodeputado.

Luís Marinho considera que iniciativas deste tipo - que até agora têm feito a história da construção do Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça - "apenas se traduzem, na maioria das vezes, em contributos particulares de natureza securitária, influenciados pelas incertezas das respectivas opiniões públicas nacionais".

"Só a Comissão Europeia está em condições de defender e promover o equilíbrio de valores e princípios que não se esgotam numa construção securitária da Europa, desgarrada da componente aprofundada dos direitos e liberdades dos europeus", referiu ainda Luís Marinho, sublinhando a sua confiança no papel do executivo comunitário, "capaz de conciliar os rigores da perseguição ao crime com a defesa dos valores individuais".

PROTESTO

SOARES ABANDONA PRESIDÊNCIA DA DELEGAÇÃO PE-ISRAEL

"Um acto de protesto e de consciência", foi a forma como o eurodeputado Mário Soares classificou o seu pedido de demissão da presidência da Delegação do Parlamento Europeu (PE) para as Relações com Israel.

A carta foi enviada ao presidente do Parlamento Europeu, o irlandês Pat Cox, e ao líder do Grupo Socialista Europeu, Baron Crespo.

Explicando à margem dos trabalhos que decorriam no plenário de Estrasburgo os motivos da sua demissão, apresentada algumas horas antes, Mário Soares disse que "não queria participar nem ser responsabilizado pelo silêncio no que se está a passar no Médio Oriente e por causa de uma política que é catastrófica para Israel, arruína o seu prestígio no mundo", e está à beira de transformar os judeus de "perseguidos em perseguidores de um povo que querem expulsar ou colonizar".

Soares considerou a política do primeiro-ministro Ariel Sharon "repulsiva" e que não podia ter pretensões de fazer algo pela paz que não fosse favorável à política daquele primeiro-ministro.

Manifestou a sua solidariedade com os Trabalhistas que há poucas semanas abandonaram o Governo de Ariel Sharon, e sublinhou que estava a liderar uma delegação de amizade, "o que implica a verdade". O antigo Presidente da República, que enquanto chefe do Governo português foi o responsável pelo reatar das relações bilaterais com Israel depois do 25 de Abril, lembrou ainda os encontros mantidos há cerca de um mês com o então ministro dos Negócios Estrangeiros israelita Shimon Peres. "Foi uma coisa penosa" interpelar Shimon Peres pela sua presença no Governo de Ariel Sharon, confessou Mário Soares.

ALBERTO COSTA AO "ACÇÃO SOCIALISTA"

CONSTITUIÇÕES NACIONAIS PREVALECERÃO SOBRE A EUROPEIA

Uma futura Constituição europeia, que agora está em discussão na Convenção sobre o Futuro da Europa, não implica de forma alguma que venha a substituir ou a prevalecer sobre as constituições nacionais, considera, em entrevista ao "Acção Socialista", o deputado Alberto Costa, um dos representantes portugueses nos trabalhos da Convenção.

A adopção de uma Constituição pela União não poderá enfraquecer a soberania dos Estados-membros, na exacta medida em que serão eles e os seus povos a determinar as competências que devem ser exercidas.

Em vez de um presidente da União sem legitimidade, Alberto Costa defende antes um reforço das capacidades dos órgãos executivos, como a Comissão, por exemplo, sujeitos a investidura e a controlo parlamentar.

Deve a União Europeia dotar-se de uma Constituição? Com que características?

As duas principais famílias políticas europeias – socialistas e democratas-cristãos – propõem que a União Europeia venha a dotar-se de uma constituição. O *presidium* da Convenção sobre o Futuro da Europa propôs já um tratado instituidor de uma Constituição europeia.

No plano europeu, há justificação para que se desenvolva uma função de garantia dos direitos fundamentais e de ordenação e limitação do exercício de poder. Essas são funções típicas das constituições. Se as soluções acordadas nessas e noutras áreas trouxerem real valor acrescentado, é vantajoso que a União Europeia passe a dispor de uma constituição que as consagre. Mas essa constituição não se destina nem a substituir nem a prevalecer sobre as constituições nacionais.



Uma Constituição europeia implica a federalização da União?

Embora a Europa já disponha de elementos federais – o euro é um deles – não é nem necessário nem provável que uma constituição da União Europeia implique uma integral federalização da União. Pelo contrário, várias áreas da sua actuação poderão continuar e continuarão sob uma lógica intergovernamental.

A União Europeia tem vantagens em ter um presidente? Eleito de que forma e com que funções?

A União Europeia tem a ganhar com a atribuição

de mais capacidades a órgãos executivos sujeitos a investidura e controlo parlamentar, como é o caso da Comissão, e não com a atribuição de tais capacidades executivas a figuras presidenciais em relação às quais se não verificam as mesmas condições de escrutínio parlamentar.

É indesejável qualquer solução que represente em grau de respeito pelo princípio de igualdade dos estados inferior ao que presentemente resulta do sistema das presidências rotativas.

Uma Constituição europeia enfraquece a soberania dos Estados-membros?

Todas as transferências de soberania são

autorizadas no quadro e no respeito das constituições nacionais. São os Estados-membros e os seus povos que, em última análise, escolhem quais são as sedes em que entendem que as competências devem ser exercidas.

Em rigor, é nessa decisão que reside a verdadeira soberania democrática e é preciso dizer que uma proposta de Constituição da União Europeia também só por essa via se poderá converter em realidade constitucional.

Numa altura em que a Alemanha, França e Grã-Bretanha estão de costas voltadas não será difícil haver um aprofundamento da União Europeia?

É verdade que, sob diversos ângulos, as circunstâncias não parecem as melhores para o aprofundamento. Mas são muitas vezes as circunstâncias adversas, e às vezes mesmo as crises, que estimulam e provocam mudanças. A existência de uma assembleia original como a Convenção pode contribuir para compensar dificuldades reais e provavelmente originar soluções que doutro modo seriam, pelo menos nesta altura, impensáveis.

A Europa política é uma utopia ou avançará mais facilmente com uma Constituição?

Sendo uma Constituição, além do mais, um "estatuto jurídico do político", a subordinação da Europa política a uma disciplina do tipo constitucional representa, à partida, uma espécie de *upgrade*. Mas é preciso dizer que aqui o que mais conta não é haver ou não uma constituição da UE – o decisivo é saber que regras, que Constituição.

P.P.

O Paquistão perdeu uma importante oportunidade de consolidar a sua democracia com as eleições de passado dia 10 de Outubro, afirmou no plenário de Estrasburgo a eurodeputada Maria Carrilho, presidente da delegação do PE para as relações com a Índia e a Ásia do sul.

"O presidente do Paquistão tinha em Agosto de 2001 anunciado um 'itinerário para a democracia'. Afinal, lamentamos ter de constatar que essa ocasião foi praticamente perdida", afirmou.

Maria Carrilho esclareceu que não pretendia pronunciar nenhuma espécie de sentença sobre o processo de transição para a democracia no Paquistão, "mas foi uma má forma de o iniciar". Manifestou, no entanto, a sua esperança de que "os membros eleitos tenham a lucidez, as condições políticas e a coragem necessárias para protagonizar uma fase de verdadeira transição para um poder político democrático".

A deputada reconheceu o papel que o Paquistão teve na luta anti-terrorista, facto que ajudou a



diluir "uma certa imagem negativa" que o Presidente Musharraf tinha devido ao golpe militar que afastou o anterior governo eleito. E também que não se pode falar em democracia consolidada enquanto a instituição militar desempenhar um papel evidente na arena

MARIA CARRILHO

PAQUISTÃO PERDEU OPORTUNIDADE PARA CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

política. "Mas também sabemos - disse -, nomeadamente através de vários exemplos em países da Europa do Sul e da América Latina, que é possível iniciar um processo de transição para a democracia, pactuada com os representantes políticos civis, desde que as diferentes fases, o *timing*, e as modalidades acordadas sejam respeitadas".

Na sua opinião, é exactamente o respeito por aqueles requisitos que confere, durante o período de transição para a democracia, a legitimidade necessária ainda que não suficiente, para o prolongamento de algum papel político por parte dos militares. "E é aí que se inserem precisamente as nossas preocupações", concluiu a deputada.

A EUROPA FICA *ONDE?*



LUÍS MARINHO

O impacto das declarações de Giscard, à margem da Convenção, sobre a Turquia, a quem nega a condição europeia, tem o mérito de trazer à colação uma série de questões que se mantêm na penumbra, não tendo até agora, injusta ou hipocritamente, recebido o estatuto de grandes questões europeias a serem tratadas agora pela Convenção, mais tarde, pela futura Conferência intergovernamental. Mesmo os Chefes de Estado e de Governo tão prolixos no discurso sobre o futuro da Europa, não tugem nem mugem sobre as decorrências do polémico discurso de Giscard. De facto, negar à Turquia uma geografia europeia - que não ultrapassaria os 10 por cento do seu território - levanta todo o *problema dos limites da União*, e impõe uma série de interrogações: há uma *geografia* própria para o actual modelo europeu? A integração na Europa tem uma *fronteira física* definida? Qual é a *elasticidade* dos mecanismos de alargamento? Define-se em função da *distância*, das latitudes e das longitudes? Verdadeiramente, como se reconhecerá a União Europeia no *mapa-múndi*, dentro de meia dúzia de anos? Não o dizendo foi esta a razão de ser da provocação de Giscard...

Até aos nossos dias foi fácil nada dizer sobre a questão geográfica. Por um lado, a guerra fria demarcava ela própria uma fronteira política, consubstanciada na diferença de regimes. Com uma agudeza tal que era inimaginável pôr o problema da *Unidade Europeia*. O *muro* foi o

Mesmo os Chefes de Estado e de Governo tão prolixos no discurso sobre o futuro da Europa, não tugem nem mugem sobre as decorrências do polémico discurso de Giscard.

símbolo dessa divisão/oposição e só os visionários ou os crentes (havia-os dos dois lados) adivinhariam a Europa de hoje que se organiza na democracia e na reunificação. E tão grande foi o caminho percorrido até agora, que não nos demos tempo de pensar a distância, nem de saber onde acaba a estrada...

No *caso de estudo* da Turquia a sua influência no bloco NATO e a confiança que garantiu aos europeus de ser, ela própria, o limite geográfico da segurança ocidental, levou há 40 anos a Europa dos seis a aceitar o seu pedido de integração, sem contestação da sua pertinência material ao Continente. Também aí, era a *fronteira política militar* a formatar a geografia da Europa, por muito distante que fosse da fronteira material.

E mesmo depois do *muro* cair, integrada a Turquia na Europa de hoje por via de uma *União Aduaneira* - primeiro patamar para a integração plena - sempre havia o discurso, politicamente correcto, dos Direitos Humanos não respeitados, para dilatar no tempo a oportunidade de uma resposta ao pedido de adesão mais antigo, na história da integração europeia.

Mais uma vez, a História moveu-se e caíram agora - e ainda bem - as barreiras que separavam a Turquia de uma Europa, *Comunidade de Direito*, assente no valor da vida e no respeito pelos Direitos do Homem. Onde se prova que não houve até hoje, um *critério físico, material e geográfico* para a definição europeia. É que, pela primeira vez, estamos confrontados com a necessidade de o definir, sob pena de não termos razão para negar à Bielorrússia, aos Estados Balcânicos e à Ucrânia uma promessa de casamento futuro, como já hoje fizemos com a Roménia e a Bulgária. Sem falar na parte Europeia da Rússia que é sempre maior que os 10 por cento de território europeu na Turquia.

Neste quadro, compreendem-se as tentativas de introduzir na definição global da Europa, para além ou sobre a geografia, as afinidades do *critério religioso*. A Europa, mais que um território seria uma cultura e mais que isso, seria um credo, uma religião, uma história e um tempo de matriz judaico-cristã. Não é a primeira vez que a política se prevalece da religião.

Quando Giscard falou do não à Turquia era talvez este o ponto onde queria chegar. Não falou ele com o Papa nas últimas semanas? E não vai trazer a adesão da Polónia o reforço do catolicismo militante em mais de 40 milhões de praticantes na nova Europa alargada?

Está visto que não vamos, desta vez, encontrar uma fuga à geografia, apesar da História nos ter ajudado a iludir a nossa identidade geográfica.

Mas, já sabendo hoje como somos, o que nos custou muito a aprender, só saberemos quem somos, quando soubermos todos, onde estamos!

O DOUTOR PORTAS E A MAIORIA QUE TEMOS



ANTÓNIO GALAMBA

O ressuscitado dr. Portas recomeçou a encher o peito de ar. Na tertúlia de chá que PSD e PP organizaram para tentar marcar a realização do Congresso Nacional do Partido Socialista, o dr. Portas comentou uma reunião participada, plural e democrática nos seguintes termos: "Há quem queira ir para a esquerda, outros para a direita, e outros de braço dado com a extrema-esquerda. Não somos congressistas à procura de identidade, somos um grupo de apoiantes de um governo com um caminho definido.". Enfim, o regresso mitigado da teoria do "nunca tenho dúvidas e raramente me engano".

É normal que, para o dr. Portas, um Congresso onde os seus participantes debatam abertamente todas as questões, possa parecer um exercício de desorientação. É normal que o conceito de pluralismo faça alguma confusão ao Dr. Portas, afinal, no PP, quem como o dr. Manuel Monteiro pretende participar e expressar as suas divergências tem de criar movimentos cívico paralelos ao partido.

É normal que, para fazer uma prova de vida, o dr. Portas tenha de fazer extrapolações inadmissíveis como a de afirmar que a pluralidade de opiniões reflecte a forma como

É normal que o conceito de pluralismo faça alguma confusão ao Dr. Portas, afinal, no PP, quem como o dr. Manuel Monteiro pretende participar e expressar as suas divergências tem de criar movimentos cívico paralelos ao partido.

os governos do PS governaram o País. Não é por fazer congressos musculados, onde os seguranças privados pontificam e impõem a ex-líderes situações ridículas, ou por se encontrar com líderes da extrema-direita como Gianfranco Fini, que podemos extrapolar que o dr. Portas comunga de ideologias neofascistas.

É normal para a maioria de direita, mas, não o deve ser para a democracia portuguesa. Os sinais preocupantes são cada vez mais elaborados.

A proposta de lei de Código Laboral entrou na Assembleia pela porta das traseiras, foi directa ao gabinete do presidente que a despachou para impressão urgente na Imprensa Nacional, pela calada da noite.

Na quinta-feira, a maioria aprovou o Orçamento de Estado para 2003 baseado em expectativas que foram desmentidas na sexta-feira, mas, segundo o PSD, não temos legitimidade para questionar ou alertar para tal facto.

O líder parlamentar do PSD abre as jornadas parlamentares em Portalegre reportando-se aos deputados do PS como "virgens ofendidas" ou "meninos de escola", numa retórica que contribui para a qualificação do debate político. O mesmo Guilherme Silva, reputado delfim de Jardim, não hesita em condicionar o presidente da Assembleia da República questionando a sua isenção e firmeza na condução dos trabalhos parlamentares.

Incomodado com o impacto político, social e económico do Orçamento de Estado para 2003, apresentado pela coligação PSD/PP, Guilherme Silva insurge-se contra a lamentável "forma como foi elaborado o PIDDAC, sem ter em conta a sensibilidade que os deputados dos vários círculos têm para as prioridades locais". É a afirmação da estratégia dos "Coligados bons" e os "Coligados maus", numa tentativa de transmitir a ideia de que na actual maioria há espaço e compreensão para os cidadãos desiludidos e enganados com as promessas eleitorais do dr. Barroso e do colega Portas. Ficámos também a saber, que no próximo ano, o Orçamento de Estado será configurado pelas sensibilidades dos deputados da maioria. A ver pelos exemplos recentes, há motivos para temer o pior.

Por tudo isto, estamos confrontados com um verdadeiro desafio de cidadania: afirmar uma alternativa credível às políticas propostas ou desenvolvidas pela maioria de direita.

E DEPOIS DO CONGRESSO

Como bem assinalou Ferro Rodrigues, no Congresso do passado fim-de-semana, o mais difícil do caminho de renovação que o PS agora iniciou ainda está para vir. No entanto, com as alterações estatutárias, a nova declaração de princípios e a relegitimação do secretário-geral, estão reunidas todas as condições para enfrentarmos com solidez as dificuldades que nos esperam.

Diversos e exigentes desafios esperam o PS. Para além da capacidade que temos de demonstrar na marcação da agenda política quotidiana e na definição de uma estratégia comunicacional e dos *timings* da nossa mensagem, há uma outra dimensão que implica um investimento sério, não apenas dos órgãos dirigentes, mas de todo o Partido e que se prende com as novas possibilidades abertas pelas alterações estatutárias.

É, antes de mais, fundamental que para todos seja claro que o essencial da renovação não passa, nem pode passar, pela renovação dos rostos e das figuras. A renovação do Partido tem de assentar numa ambição transformadora de todas as estruturas, que, naturalmente, só será consequente se partir destas. Não há renovação consequente que não parta de uma vontade das bases, das fundações em que assenta o PS. É um desafio tão mais importante quanto dele não resultarão nenhuns ganhos eleitorais no curto e médio prazo, mas apenas uma capacidade refundada de enfrentar os desafios que as democracias e o sistema partidário enfrentam hoje com particular intensidade. O populismo, a desconfiança em relação às instituições, o descrédito da classe política, a abstenção crescente são, com diversas intensidades, as faces mais visíveis de problemas a que temos de fazer face o mais cedo possível e com a maior das determinações.

É evidente que não é apenas pelo facto dos Partidos alterarem o seu modo de funcionamento que estes problemas serão resolvidos. No entanto, trata-se, se nada mais, pelo menos, de um sinal para o conjunto do sistema político. O facto de termos hoje um quadro estatutário que é o mais moderno entre os partidos portugueses e que se tornou mais adequado às transformações que têm ocorrido nas sociedades avançadas, e que naturalmente modificam a relação cidadãos/partidos, deve honrar-nos enquanto socialistas e é um sinal da nossa vontade de sermos percussores na reforma do sistema político.

Entre outras virtudes, as alterações estatutárias aprovadas no passado fim-de-semana possibilitam a formalização de experiências inovadoras, do tipo das dos Estados Gerais, que passando a ter um enquadramento estatutário vêm diminuídos os riscos associados à sua volatilização e falta de organicidade. Os clubes de política e mesmo experiências já levadas a cabo, como os fóruns para novas políticas, são possibilidades que devem ser agora exploradas. Mas, também, figuras já previstas, mas não suficientemente dinamizadas, como as secções sectoriais ou as novéis secções de duração limitada, que devem ser espaços de aprofundamento do envolvimento de muitos militantes no quotidiano do PS e de formação de opinião e de posicionamento político, partindo das bases, devem ser criadas. Neste contexto, o gabinete de estudos deve desempenhar um papel decisivo, enquanto instância articuladora, dinamizadora e que dá coerência às actividades e ao pensamento produzido em todas estas estruturas. A revitalização de que este tem sido alvo nos últimos meses, incorporando as dinâmicas que resultaram, em parte, das eleições de Março, são um sinal claro de que já iniciámos o caminho.

Mas, atenção, todos devemos estar conscientes que as novas formas de participação não podem

substituir as existentes e que assentam, muitas das vezes, no trabalho desinteressado de muitos militantes. Os sintomas de crise dos partidos de massas não devem servir para tornarmos o PS numa máquina eleitoral em que a militância e a participação não contam. Pelo contrário, tratam-se de novos modos de participação que se somam aos existentes e que conferem novas possibilidades de envolvimento aos militantes, bem como aos independentes.

Contudo, um facto que nunca devemos deixar de ter presente, é que ou percebemos colectivamente, enquanto Partido, que devemos renovar ou então não seremos capazes de o fazer e, não o fazendo, seremos co-responsáveis (e particularmente responsáveis pois somos militantes de um Partido) pelo acentuar do desligamento dos cidadãos em relação à política e à causa pública. A nossa



PEDRO ADÃO E SILVA



O facto de termos hoje um quadro estatutário que é o mais moderno entre os partidos portugueses e que se tornou mais adequado às transformações que têm ocorrido nas sociedades avançadas, e que naturalmente modificam a relação cidadãos/partidos, deve honrar-nos enquanto socialistas e é um sinal da nossa vontade de sermos percussores na reforma do sistema político.

ambição tem de ser outra e apenas outra: trazer os cidadãos para a política e fazer da política, cada vez mais, uma coisa que interessa a todos. É uma ambição que todo o PS deve assumir como sua. É uma tarefa que, sem prejuízo da vontade dos órgãos de cúpula, deve assentar no trabalho dos militantes e no empenhamento demonstrado pelos órgãos de nível local.



**COMISSÃO NACIONAL
REUNIÃO**

ELEIÇÃO DA COMISSÃO
POLÍTICA NACIONAL

ANÁLISE DA SITUAÇÃO
POLÍTICA

23 de Novembro, 10h **Hotel Altis - Lisboa**

A SEMANA PREVISTA

No seguimento do XIII Congresso reúne-se no próximo sábado a Comissão Nacional, que tem como ordem de trabalhos a eleição da Comissão Política Nacional e a análise da situação política.

Realizam-se nos próximos dias 22, 23 e 24 de Novembro o Conselho Mundial da YUSI (União Mundial das Juventudes Socialistas), em Lisboa, que terá como oradores para além de Jamila Madeira, o secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, o presidente do partido, Almeida Santos, o líder da IS, António Guterres e o eurodeputado socialista Mário Soares.

O secretário-geral do PS estará hoje na RTP1 para uma entrevista com a jornalista Judite de Sousa.

Realiza-se no próximo dia 25 de Novembro um conjunto de seminários organizados pelo Grupo Parlamentar do PS, subordinados ao tema "Novas Políticas para a Competitividade", que terão lugar no auditório da Assembleia da República. Neste dia estão previstos debates sobre "Competitividade, Produtividade e Desenvolvimento da Economia Portuguesa", "Reformar a Administração Pública e o Sistema de Justiça" e "O Território-Factor de Produtividade".

"Gestão e Inovação Empresarial como Factores de Competitividade", "Qualificações, Iniciativa e Capacidade Inovadora" e "Mercado de Trabalho e Competitividade" são os seminários previstos para 26 de Novembro no âmbito desta iniciativa da bancada socialista.

Agendado potestivamente por iniciativa do Partido Socialista, a Assembleia da República debaterá um projecto-lei sobre a responsabilidade extracontratual do Estado.

A Concelhia do PS/Lisboa promove na próxima quarta-feira um debate sobre o futuro do Parque Mayer.

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fundação Antero de Quental
Tel. 21 301 35 34
faq@oninet.pt

Fundação José Fontana
Tel. 21 301 38 08 / 21 301 39 09
fjj@mail.telepac.pt

Fundação Mário Soares
Tel. 21 396 41 79 / 21 396 41 56
osita@fmssoares.pt

Associação Portuguesa de Radiodifusão
Tel. 21 301 69 99 / 21 301 54 53
apr@ip.pt

Instituto de Imprensa Democrática
Tel. 21 302 12 59
iidsn@iol.pt

Fundação Gulbenkian
Tel. 21 782 30 00
info@gulbenkian.pt

Fundação Oriente
Tel. 21 358 52 00
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt
Paulo Pisco

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet **www.ps.pt/accao**
E-mail **Accao.Socialista@partido-socialista.pt**

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico

Junto envio o valor da assinatura

Quero renovar a assinatura

Junto envio o valor da assinatura

Cheque

Vale de correio

12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

Assinaturas

12 meses

52 números

Continente

25 €

Regiões Autónomas

32 €

Macau

54 €

Europa

63 €

Resto do Mundo

92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados